

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto que estende até 31 de julho prazo para declarar IR vai para sanção..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Indústria e comércio pressionam STF para garantir vitória no caso PIS/Cofins..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º de aposentados deve atrasar..... 7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Covid-19 gerou 37 mil concessões de auxílio-doença em 2020..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sistema de freios e contrapesos à mercê de lobbies políticos - VISTO, LIDO E OUVIDO
..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alta dos combustíveis pressiona inflação da classe média em março..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como o Brasil pode contribuir para acelerar a mobilidade elétrica..... 15

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aprovado contra a Covid, rendesivir não é usado no Brasil..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TJ-SP exclui contribuições sociais do cálculo do ISS..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Cenário ruim para 2022 - NAS ENTRELINHAS..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PEC fura-teto prevê gasto extra de R\$ 35 bi..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pobres sofrem com alta de alimentos..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Guilherme Boulos Estou disposto a disputar o Governo de São Paulo em 2022..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

China acelera expansão e diz aos EUA: "Somos iguais agora" - TODA MÍDIA..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Equipe de Guedes defende enxugar R\$ 18 bi em emendas da PEC fura-teto.....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Empresas pedem ao governo que antecipe fim de emissões.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação acelera para todas as faixas aponta Ipea.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Selic deve subir 0,75%, mas "nada está escrito em pedra", diz Campos Neto.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Setores do Executivo contestam necessidade de veto a emendas.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
A América Latina precisa de líderes melhores.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Centrão busca caminhos para furar o teto de gastos (3).....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Bolsonaro tenta refundar o governo - FERNANDO EXMAN.....	39

Projeto que estende até 31 de julho prazo para declarar IR vai para sanção

Danielle Brant *brasília*

A Câmara dos Deputados acatou as alterações do Senado e enviou para sanção do presidente Jair Bolsonaro o projeto que prorroga para 31 de julho o prazo máximo para entrega da declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas em 2021, referente ao ano-calendário de -2020.

A princípio, o prazo para entrega da declaração terminava em 30 de abril. Na segunda (12), porém, a própria **Receita Federal** ampliou o prazo para 31 de maio, por causa da pandemia. Se o projeto aprovado no Congresso por sancionado por Bolsonaro, os contribuintes terão até o fim de julho para prestar contas com o fisco.

O texto, aprovado pela Câmara em votação simbólica, mantém o cronograma para a restituição do Imposto de Renda, com o primeiro lote previsto para 31 de maio. Ao todo, serão cinco lotes de restituição, sendo o último em 30 de setembro.

O projeto prevê ainda que o recolhimento da cota única ou das cotas vencidas de Imposto de Renda não poderá sofrer acréscimo de juros ou penalidade até o novo prazo. No Senado, o relator da proposta, Plínio Valério (PSDB-AM), incluiu em seu texto um mecanismo que estipula o parcelamento em até seis vezes do Imposto de Renda devido.

A prorrogação do prazo para declarar o Imposto de Renda já havia acontecido no ano passado, por causa da pandemia, mas por decisão da própria Receita e por de 60 dias.

Neste ano, são obrigados a declarar o IR todos aqueles que, em 2020, tiveram renda tributável superior a R\$ 28.559,70 ou renda isenta não tributada ou tributada na fonte acima de R\$ 40 mil.

Também devem declarar quem tinha, em 31 de dezembro do ano passado, posse de bens ou direitos de valor total superior a R\$ 300 mil, entre outros casos.

A multa para o contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo será de, no mínimo, R\$ 165,74. O valor-limite para a cobrança da penalidade é de 20% do imposto devido.

Aqueles contribuintes que em 2020 receberam parcelas do auxílio emergencial e tiveram rendimento tributável superior a R\$ 22.847,76 serão obrigados a devolver o valor do benefício.

A regra está prevista na lei que instituiu o auxílio. Caso dependentes desses contribuintes tenham recebido a assistência, esses valores também precisarão ser devolvidos.

O informe de rendimentos com os valores do auxílio está disponível no site do Ministério da Cidadania.

Síndico isento de condomínio deve declarar valor

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

O valor da dispensa (isenção) da taxa condominial para o síndico tem de ser declarado por ele como renda de prestação de serviços e, portanto, deve ser tributada. Veja esta e outras dúvidas sobre o IR deste ano.

*

96 O abono (isenção) da taxa condominial para o síndico deve ser declarado como renda (foi emitido comprovante de rendimentos, pela administradora, em nome do síndico)? (B.G.). Sim. A isenção da taxa condominial é considerada como rendimento de prestação de serviços e deve compor a base de cálculo para apuração do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) e do ajuste anual, ainda que "recebida" como dispensa do pagamento do condomínio. Preencha de acordo com o Informe de Rendimentos, declarando a taxa de isenção na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular (o CNPJ é o do condomínio).

97 - Tenho apartamento financiado pela CEF em prédio que está executando obras de recuperação de estrutura e revitalização da fachada. A obra é paga pelo condomínio com recursos de taxa extra cobrada dos proprietários. Como declaro? Informo que as notas fiscais estão arquivadas na administração do condomínio? (F.B.). Declare como acréscimo ao valor do imóvel somente a sua parcela da reforma proporcional a sua participação no rateio do condomínio, desde que comprovada por documento

hábil da administradora do condomínio. Não há previsão para citar em Discriminação, da ficha Bens e Direitos, a posse das notas fiscais pela administradora.

98 - Minha mulher, que era minha dependente, morreu em agosto de 2019, deixando dívida hospitalar que ainda estou pagando. As despesas estão em nome dela. Posso declarar as despesas de 2020 em meu IR? (P.L.R.). Não, pois somente são dedutíveis as despesas médicas do titular e de dependente informado na declaração. A relação de dependência encerrou-se com a entrega da Declaração Final de Espólio.

99 - Tenho filha com 24 anos, fazendo curso superior e que ganhou R\$ 18 mil como estagiária em 2020. Faço minha declaração e sempre a coloco como dependente, pois incluo as despesas com plano de saúde dela, em torno de R\$ 6.000. Ela pretende fazer sua própria declaração. Ela pode continuar como minha dependente ainda nesta declaração? (I.J.M.T.). Se ela passar a declarar em separado, deixará de ser sua dependente. Nesse caso, faça duas declarações (tudo indica que será mais vantajoso). Os gastos com o plano de saúde de sua filha poderão ser informados na declaração dela por fazer parte da mesma entidade familiar. Informe o gasto com o plano de saúde no código 26 da ficha Pagamentos Efetuados. A renda entra em Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo titular. A sua declaração segue o rito normal, sem a inclusão da sua filha.

100 - Fiz a declaração de um amigo que não informou que a mulher, sua dependente, recebeu o auxílio emergencial. Quando enviei, constou que ela tinha recebido. Ele informa que não tem o comprovante do recebimento do auxílio. Como faço? (F.M.). Obtenha o comprovante de rendimentos do auxílio emergencial no site da Dataprev. Inclua na declaração retificadora o valor na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelos Dependentes, informando CNPJ 00.394.460/0572-59 e Ministério da Economia como fonte pagadora.

NOVOS LOTES DO AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021 TERÃO DEZ DIAS PARA

CONTESTAÇÃO Trabalhadores que ainda esperam a concessão do auxílio emergencial 2021 devem redobrar atenção ao Portal de Consultas da Dataprev. De acordo com o Ministério da Cidadania, ainda há bases de dados em processamento pela Data-prev. Ou seja, ainda é possível ampliar o número de beneficiários.

E quem não for aprovado nos próximos lotes, ou receber um valor que julga ser menor do que o devido, poderá contestar a decisão. Cada novo lote de

cadastros analisados pela Dataprev tem um prazo, de dez dias, para uma possível contestação.

O prazo é contado somente a partir da disponibilização do resultado da análise da elegibilidade no Portal de Consultas. Para trabalhadores que tiveram o resultado divulgado no lote mais recente, no dia 10 deste mês, o período para contestação será de 13 a 22 de abril.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49496>

Indústria e comércio pressionam STF para garantir vitória no caso PIS/Cofins



Advogado Alberto Medeiros: movimento inédito do mercado e da advocacia

Joice Bacelo Do Rio

A proximidade do julgamento sobre o alcance da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e a da Cofins - a chamada "tese do século" - fez surgir um movimento histórico nos bastidores do Supremo Tribunal Federal (STF). Nunca um processo tributário juntou tanta gente. Mais de 60 entidades ligadas à indústria, ao comércio e à advocacia enviaram cartas abertas aos ministros Luiz Fux, o presidente da Corte, e Cármen Lúcia, a relatora do caso, nos últimos dias.

Elas se mostram preocupadas com o peso que os ministros podem dar para o discurso da União - com relação às perdas para a arrecadação - e alertam para o baque que uma decisão favorável ao governo provocará no mercado.

"Poucas vezes na história da jurisprudência do STF a segurança jurídica dos contribuintes esteve sob um fogo tão cerrado", diz uma das cartas à Corte, que está assinada por 21 entidades. A maioria de Minas Gerais e do Paraná.

Os ministros decidiram, em março de 2017, que o ICMS, por não se caracterizar receita ou faturamento, não poderia compor a base de cálculo do PIS e da Cofins, o que reduziu os valores repassados pelas empresas ao governo. Mais do que isso: gerou um crédito gigantesco por causa das cobranças feitas de

forma indevida no passado.

A União fala em R\$ 250 bilhões de impacto e tenta, desde então, reduzir a conta. Essa tentativa é o que, agora, está em jogo. Os ministros vão decidir, por meio de novo recurso (embargos de declaração), no dia 29, a chamada modulação de efeitos. Se a medida for aplicada, os valores cobrados no passado não precisarão ser devolvidos.

As Federações das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Minas Gerais (Fiemg) e do Rio de Janeiro (Firjan) falam em "grave preocupação" com o julgamento. Tratam como "sendo absolutamente crucial que a aventada perda arrecadatória [para a União] não sirva como razão para flexibilizar ou postergar os efeitos" da decisão de 2017.

Essas três entidades foram as primeiras a enviar carta à Corte. Elas afirmam, no documento, que a indústria nacional passa pela maior crise econômica dos últimos 25 anos, com forte retração e elevado nível de desemprego, e dizem que "eventual alteração ou modulação da decisão afetará gravemente a segurança jurídica com que os agentes econômicos operam".

Os presidentes das comissões de direito tributário de todas as seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que também enviaram carta conjunta ao ministro Fux, afirmam que muitas empresas já tiveram as suas ações encerradas no Judiciário e algumas delas inclusive já estão aproveitando os seus créditos por meio de compensações - para quitar **tributos** correntes.

Outras, de capital aberto, dizem, incorporaram os créditos nos balanços, "impactando em seus valores de mercado e, assim, atingindo a esfera de interesses e direitos de investidores". Eles afirmam ainda que os contribuintes que tiveram o direito aos créditos reconhecido na justiça precisaram, inclusive, recolher Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre tais ganhos.

"A modulação, caso aplicada, exige extrema parcimônia pois, em verdade, será um instrumento de redução da eficácia da Constituição, com efeitos nefastos na economia das empresas, do emprego, da capacidade produtiva, de investimentos, e, pior, de confiança no Poder Judiciário, e, por conseguinte, na

própria advocacia", consta na carta.

O grupo de advogados acrescenta que a União tem conhecimento da inconstitucionalidade da cobrança há 15 anos e que, por esse motivo, não pode alegar "qualquer surpresa ou prejuízo financeiro injusto e imprevisível". Eles dizem que o STF já havia decidido sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins ao julgar um outro processo, no ano de 2014, e que desde 2006 tinha maioria devotos contra a tributação.

Além da modulação de efeitos, a União pede, nos embargos de declaração, para que os ministros se posicionem sobre qual ICMS tem de ser retirado do cálculo das contribuições: se o que incide sobre as vendas, constante na nota fiscal, ou o efetivamente recolhido, geralmente menor e que, conseqüentemente, faria menos diferença na conta.

A **Receita Federal** publicou solução de consulta, em dezembro de 2018, afirmando que aceitaria a retirada somente do imposto recolhido. No ano seguinte, em 2019, editou a Instrução Normativa nº 1.911, reforçando o posicionamento.

O Fórum Nacional da Indústria, também em carta enviada ao ministro Luiz Fux, diz que não há base jurídica para essa interpretação - nunca tratada no processo e que não consta na decisão. A **Receita Federal**, segundo a entidade, agiu de forma "arbitrária e ilegítima".

"Visou reduzir os impactos da restituição ou compensação de valores indevidamente recolhidos pelos contribuintes, ainda que decorrentes de decisão final transitada em julgado em suas ações individuais", afirma no documento.

Associações de diversos setores assinam esse manifesto em nome do Fórum Nacional da Indústria. São, ao todo, 39 entidades. Entre elas, as representantes de alimentos (Abia), máquinas e equipamentos (Abimaq), processadora de aço (Abimetal), plástico (Abiplast), têxtil (Abit) e farmacêutica (FarmaBrasil e Interfarma), além da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Especialista em tributação, Priscila Fariceli, do escritório Demarest, afirma que, sobre esse ponto específico - do ICMS destacado versus o recolhido - os contribuintes têm levado a melhor. Ela tem um levantamento referente ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS).

Havia, até 2019, 386 acórdãos mencionando essa discussão. Em 346 deles os desembargadores decidiram pelo ICMS destacado na nota fiscal,

favorecendo o contribuinte. E nos 40 casos restantes não enfrentaram a questão. "Não localizamos um único acórdão desfavorável", diz.

O advogado Alberto Medeiros, sócio do escritório Stocche Forbes, preside a Comissão de Direito Tributário da OAB do Distrito Federal e assinou uma das cartas que foram enviadas ao Supremo. "Esse movimento, tanto do mercado quanto da própria advocacia, é inédito", afirma.

Medeiros atribui a mobilização ao impacto econômico e ao direcionamento jurisprudencial. "Porque se decidir pela modulação de efeitos, a Suprema Corte estará permitindo que se altere um cenário que se consolidou no tempo. Estamos falando de 15 anos." A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186799

13º de aposentados deve atrasar



VERA BATISTA

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estão aflitos com a possibilidade de mais um adiamento na antecipação do 13º salário. Eles contavam com o dinheiro no bolso ainda este mês. Mas o dilema continua, embora o presidente Jair Bolsonaro tenha feito publicamente a promessa de liberar a quantia rapidamente, apostando que o Congresso Nacional aprovaria o Orçamento para 2021 a curto prazo. O problema é que a folha de pagamento, de acordo com o **INSS**, será enviada para processamento na Dataprev nesta quinta-feira (15), e o prazo final para a sanção do Orçamento é 22 de abril.

Segundo técnicos do governo, não vai dar tempo para incluir a liberação do 13º na lei orçamentária. O dia 22 é também a data em que o governo envia o dinheiro aos bancos com a autorização do pagamento. Sem recursos em caixa, não será possível liberar os cerca de R\$ 50 bilhões, agora, para honrar essas despesas básicas. E, quando o cofre público está vazio, o desembolso é postergado para o mês seguinte, ou seja, a primeira parcela somente deverá entrar nas contas dos segurados do **INSS** em maio.

"O problema é que divulgação de datas, aleatoriamente, leva muitas pessoas sem necessidade às agências do **INSS** ou aos bancos em busca de informações. Nada está certo ainda. Caso o governo vete algum item, o Congresso pode manter ou derrubar o veto, e haverá novos impasses", explicou um técnico.

A advogada Thaís Riedel, presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciários e da Associação Confederativa Brasileira de Advocacia Previdenciária, lembrou que a despesa com o 13º salário para

aposentados e pensionistas do **INSS** já está prevista. "É preciso que o governo faça um esforço e trate o assunto como prioritário nesse momento. Muita gente perdeu emprego ou atividades que complementavam a renda e precisa aliviar o aperto financeiro", destacou .

Se , no dia 22 de abril, o governo conseguir sucesso na negociação do Orçamento - travado devido a uma previsão de rombo superior a R\$ 247 bilhões -, a estimativa da **Previdência Social** é de que o pagamento da primeira parcela do benefício comece em 25 de maio e se encerre em 8 de junho. E a segunda, de 24 de junho a 7 de julho, para aqueles que ganham um salário mínimo. Para os que recebem acima desse valor, o calendário se inicia em 1º de junho e vai até 8 de junho. E a segunda parcela, para essa faixa de renda deverá ser depositada de 1º a 7 de julho.

Covid-19 gerou 37 mil concessões de auxílio-doença em 2020

Por Marta Cavallini, G1

A Covid-19 ficou em terceiro lugar na lista de doenças que mais tiveram concessões de auxílio-doença em 2020, ficando atrás apenas de problemas relacionados à coluna e ombro. Os números foram divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

No total, foram 37.045 liberações do benefício por incapacidade temporária provocada pela doença. Desse total, 36.863 são relacionados ao auxílio-doença previdenciário e 182 ao auxílio-doença por acidente de trabalho (quando é causado em razão do trabalho, como no caso dos profissionais da saúde).

As concessões de auxílio-doença para segurados com Covid-19 equivalem a 1,6% do total desse tipo de benefício, que foi de 2.341.029 em 2020.

O estado de São Paulo lidera entre as Unidades da Federação, com 11.092 liberações de auxílio em decorrência da Covid-19, seguido do Distrito Federal e Minas Gerais.

INSS negou mais de 20 milhões de pedidos de auxílio-doença em 11 anos. Veja os direitos previdenciários e trabalhistas de quem contraiu a Covid-19

O auxílio-doença é concedido quando há a impossibilidade de trabalhar temporariamente. É necessária a perícia no **INSS** caso o trabalhador necessite se ausentar por um período superior a 15 dias. Mas, com o agravamento da pandemia, o **INSS** liberou recentemente a concessão do auxílio por incapacidade temporária com a apresentação de atestado médico e exames complementares pela internet.

De acordo com Carla Benedetti, advogada especializada em Direito Previdenciário associada ao Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), deve-se analisar o nexo causal, ou seja, se a origem da enfermidade tem relação com a atividade profissional. Nesse caso, o benefício seria de natureza acidentária, ou seja, relacionada ao trabalho. Para os profissionais da área da saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19, o afastamento seria considerado proveniente do trabalho.

Caso não haja a presunção do nexo causal, deve-se

avaliar a realidade enfrentada pelo trabalhador, como as medidas de segurança adotadas pela empresa, se há fornecimento de equipamentos de proteção individual, além das condições oferecidas para a atividade profissional neste contexto pandêmico. Nestes casos, cabe ao empregador comprovar que a doença não foi contraída em razão do trabalho.

Do total de 2.341.029 de auxílio-doença concedidos em 2020, apenas 72.273 foram por acidente do trabalho.

Covid-19 considerada doença do trabalho

Em abril do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que os casos de contaminação de trabalhadores pelo novo coronavírus podem ser enquadrados como doença ocupacional. No entanto, esse reconhecimento não é automático. O funcionário precisa passar por perícia no **INSS** e comprovar que adquiriu a doença no trabalho.

Doença ocupacional é a adquirida ou desencadeada em função da realização de atividades cotidianas no trabalho. Entre as mais comuns, por exemplo, estão a Lesão Por Esforço Repetitivo (LER), lombalgias, hérnias, doenças de audição e visão e até psicológicas, como a depressão e a ansiedade.

Advogados alertam que, com exceção dos casos de profissionais que trabalham em serviços essenciais, que são obrigados a se expor diariamente ao risco de contrair o coronavírus, o **INSS** só irá considerar a contaminação como doença ocupacional se, na perícia, o médico entender que existe o nexo causal. Ou seja, se foi adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

Projeto retira carência para concessão de auxílio

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou no último dia 7 a admissibilidade de um projeto que lista a Covid-19 como doença grave e dispensa segurados do Regime Geral de **Previdência Social** acometidos pela doença e suas variantes "em tratamento incapacitante" do tempo de carência para receber auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por

invalidez exigem carência de 12 doze contribuições mensais.

Uma lei de 1991, que dispõe sobre Planos de Benefícios da **Previdência Social**, lista uma série de patologias crônicas que isentam os segurados do período de carência, como cegueira, AIDS, neoplasia maligna, entre outros. O projeto inclui a Covid-19 nesse rol.

O projeto ainda passará por votação nas Comissões de **Seguridade Social** e Família e Finanças e Tributação antes de ir ao plenário.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/14/covid-19-gerou-37-mil-concessoes-de-auxilio-doenca-em-2020.ghtml>

Sistema de freios e contrapesos à mercê de lobbies políticos - VISTO, LIDO E OUVIDO

CIRCE CUNHA

Dentro do que a Constituição de 1988 assegurou como sendo um "sistema de freios e contrapesos", capaz de impedir que qualquer um dos Três Poderes da República usurpe as prerrogativas e funções dos demais, ficou estabelecida, logo no artigo 2º, a separação dos Poderes do Estado, tornando-os harmônicos e independentes entre si.

Na prática, no entanto, o sistema tem funcionado de modo diferente do proposto pela Carta de 1988, ou, na melhor das hipóteses, de acordo com um sistema variável de interpretações subjetivas e ocasionais de cada magistrado do Supremo. Com isso, o tão pretendido constitucionalismo liberal, capaz de efetivar, na prática, o Estado democrático de direito, é posto de lado, prevalecendo, como recurso derradeiro, o que estabelecem e impõem aqueles que são incumbidos de servir de guardiões da Constituição e que, em última análise, se colocam como sendo os únicos capazes de verdadeiramente interpretar o texto da Magna Carta.

Com isso, a primeira vítima desse desarranjo legal acaba sendo o próprio equilíbrio de Poderes, ou, mais precisamente, o Executivo e o Legislativo, aos quais é imposto um freio legal e de arrumação, de acordo com a vontade soberana de cada um dos 11 juizes que compõem o Supremo Tribunal Federal (STF). Na realidade, o que se tem aqui, pelo que tem acontecido com as decisões do tipo monocráticas dos juizes, são 11 supremos individuais, dois supremos correspondentes a cada turma, mais um supremo, formado pelo plenário. O que se tem aqui deixa de ser um Estado virtuoso e de harmonia para se tornar numa espécie de regime político, regido por indivíduos togados e não eleitos. Por se tratar de uma das "cláusulas pétreas", conforme artigo 60, parágrafo 4º, o sistema de freios e contrapesos acabou por se constituir numa muralha ou fortaleza inexpugnável, capaz de proteger os juizes de quaisquer investidas externas, mesmo aquelas que, supostamente, a sociedade, por meio do Senado, poderiam admitir como necessárias. O mais preocupante é que o problema da harmonia e da independência não fica restrito apenas ao Judiciário. Prolonga-se para os

demais poderes, como tem ficado patente no caso do presidencialismo de coalizão, em que o Executivo é literalmente cooptado pela vontade expressa do Legislativo. Como contrapeso dessa disfunção orgânica, o Executivo se vê forçado a atender aos reclames clientelistas do parlamento, sem os quais não consegue governar. A pandemia e a necessidade premente por vacinas e outras providências de ordem sanitária deixaram bem claro, para todos que querem ver, que no Brasil não existe harmonia e independência entre os Três Poderes, conforme desenhado pela Constituição. Em seu lugar vai sendo erguido um sistema de freios e contrapesos, ditado por pressões políticas e outros lobbies poderosos. É o que temos, e é tudo o que não precisamos ter.

A frase que foi pronunciada

"Que tal se nas próximas eleições a população votar nos ministros do STF? Já que eles executam, legislam e julgam, não precisamos mais dos nossos representantes" Carlos, ouvinte da Jovem Pan

Empreender

Num país carente de emprego e renda, mas com mão de obra abundante e disposta, algumas questões permanecem em constante contradição e parecem desafiar a lógica natural das coisas. Mesmo sendo considerado um país com grande pendor para o empreendedorismo e a livre iniciativa, o ambiente de negócios no Brasil é, sabidamente, desfavorável e desalentador em vários aspectos, a começar pela gigantesca engrenagem burocrática montada pelo Estado, que tem suas raízes fincadas ainda em seu distante passado colonial. Em tempos de pandemia, tudo poderia mudar.

Desburocratizar já

São 13 os procedimentos necessários para se iniciar um negócio no país, sendo que, se apenas uma pessoa fosse cuidar dos **impostos** de uma empresa, essa empreitada consumiria um total de 2.600 horas de serviço. Para fechar uma empresa, é bem mais complicado.

Fora

Em países como Cingapura, por exemplo, esse tempo cairia para 82 horas. Supondo-se que o neófito empresário vença os obstáculos colocados pelo Estado e abra as portas do seu estabelecimento, começa aí uma segunda maratona mais complicada ainda: a carência de mão de obra especializada.

Educar

Nossas escolas, com as exceções de praxe, ainda estão voltadas para a formação acadêmica tradicional, relegando, para segundo plano, as habilitações do tipo técnico, perfeitamente viáveis em tempos pandêmicos, basta ter criatividade. O desprezo pelas profissões técnicas vem ainda do tempo em que o trabalho manual era considerado apenas para as classes menos abastadas.

História de Brasília

Há muita gente que invade um terreno, é transportada depois para seu próprio lote, negocia-o e volta a invadir. No que se observe o que diz respeito ao problema social não se releve, entretanto, o problema é policial. (Publicada em 30/1/1962)

Alta dos combustíveis pressiona inflação da classe média em março

Douglas Gavras são paulo

As famílias mais afetadas pela **inflação** em março foram as de classe média (que ganham entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83) e de média-alta (de R\$ 8.254,83 a R\$ 16.509,66), de acordo com levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A variação de preços para esses grupos passou de 0,98% e 0,97% em fevereiro, respectivamente, para 1,09% e 1,08%.

O grupo que mais contribuiu para a alta dos preços no período foi o de transportes, que registrou um aumento significativo, de 11,2%, no valor dos combustíveis. O levantamento do Ipea usa como base o comportamento da **inflação** pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo).

No mês passado, o índice subiu 0,93% na variação mensal e 6,10% em 12 meses. Entre os fatores apontados para a alta de preços, estão a desvalorização do real, a alta de preços das commodities (os produtos básicos exportados pelo Brasil) e a falta de produtos pela interrupção de algumas cadeias produtivas.

"Os combustíveis tiveram uma alta expressiva em março, o que afetou o bolso da classe média", avalia a pesquisadora do Ipea Maria Andréia Lameiras. "Para os mais pobres, a alta de preços no grupo de transporte também pressionou, sobretudo por aumentos de transporte público, mas o gasto dessas famílias com combustível é menor!"

Além do impacto da alta dos combustíveis, a aceleração da **inflação** dos mais ricos também sofreu impacto dos preços no grupo das despesas pessoais, com alta de 0,04%, e da menor queda de preços das passagens aéreas no mês (-2,0%), quando o mesmo período do ano passado registrou redução de -16,8%.

Em 12 meses, no entanto, são as famílias de menor renda as que convivem com a maior **inflação**, sobretudo em razão das altas dos alimentos. Nesse período, a **inflação** dos lares com rendimento de até R\$ 1.650,50 é de 7,24%. Enquanto isso, para os mais ricos (na faixa acima dos R\$ R\$ 16.509,66), esse aumento é de 4,67%.

Quando se olha para o dado de 12 meses, que começa em abril do ano passado, é impossível não notar o efeito da alta dos alimentos em domicílio no bolso dos mais pobres" diz Maria Andréia. Ela lembra que, antes do fim da primeira etapa de pagamento do auxílio emergencial, no fim do ano passado, havia uma demanda maior por alimentos. Com um benefício mais modesto este ano, a tendência é de um choque menor.

Em março, o preço da cesta básica em São Paulo teve queda de 0,10%, de acordo com pesquisa do Procon-SP em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O preço médio da cesta passou de R\$ 1.014 no fim de fevereiro para R\$ 1.013 no fim de março.

Vendas no varejo sobem após dois meses de queda

Após dois meses consecutivos de queda, as vendas do comércio varejista voltaram a crescer em fevereiro. A alta, de 0,6%, porém, não é suficiente para compensar o recuo acumulado de 6,3% na virada do ano como reflexo do fim do auxílio emergencial.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desempenho em fevereiro foi ajudado pela volta às aulas, que levaram o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria a um avanço de 15,4%, o maior crescimento entre as atividades pesquisadas.

Porém, na avaliação do gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos, o resultado do mês não sinaliza recuperação do setor, mas um ajuste em relação ao mau desempenho dos dois meses anteriores. "Taxa de 0,6% é muito próximo do que chamamos de estabilidade", disse.

Na comparação com fevereiro de 2020, último mês antes do início da pandemia, as vendas do varejo caíram 3,8%. No acumulado do primeiro bimestre, as vendas do comércio apresentam queda de 2,1%.

"Em fevereiro, temos a volta do orçamento mensal das famílias a uma maior normalidade [após os gastos com pagamentos de **impostos** como IPVA e IPTU em janeiro] e ore-torno dos alunos às escolas, aquecendo as compras de material escolar", disse Santos.

"Assim, mesmo com o cancelamento do Carnaval, que implica, por exemplo, menores vendas de bebidas alcoólicas nos supermercados, tivemos uma variação positiva nesse mês", completou

Quatro das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram alta em fevereiro, na comparação com o mês anterior. As vendas de móveis e eletrodomésticos subiram 9,3%; de tecidos, vestuário e calçados avançaram 7,8%; e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,8%.

O comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, teve crescimento de 4,1%, também depois de dois meses de queda.

"Material de construção é uma atividade que tem crescido muito, tanto porque as pessoas, estando mais tempo dentro de casa, acabam vendo necessidade de fazer melhorias em suas residências quanto pelo fato de que grandes obras também vêm sendo retomadas pelas construtoras", disse o gerente do IBGE.

Impulsionado pelas vendas em supermercados e pelo auxílio emergencial, o comércio teve rápida recuperação após os primeiros meses da pandemia. Em setembro, o setor já havia recuperado todas as perdas de março e abril, e, em outubro, as vendas atingiram o maior patamar da série histórica.

Com a redução do auxílio no fim do ano e, depois, sua extinção, no início de 2021, o cenário foi revertido. Em dezembro, o varejo brasileiro teve o pior desempenho da série histórica da pesquisa, com queda de 6,1% nas vendas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

96

Combustível pesa na inflação para a classe média

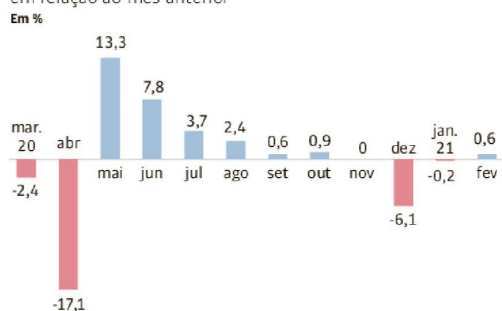
Por faixa de renda do domicílio, em março, em %



Fonte: Ipea

Vendas no comércio avançam em fevereiro

Variação das vendas no varejo em relação ao mês anterior



Evolução do percentual de empresas que relataram impacto do distanciamento social na receita



Variação por atividade em relação ao mês anterior



Fonte: IBGE

Como o Brasil pode contribuir para acelerar a mobilidade elétrica

Apesar da crise econômica e da pandemia, o ano de 2020 representou importantes avanços para a mobilidade elétrica no Brasil. O mais evidente deles foi o aumento de 66,5% nos emplacamentos em relação a 2019, de acordo com a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

Ocorreram ainda movimentos importantes em áreas como locação de veículos, pesquisas sobre ônibus e aviões elétricos, além da entrada de um número maior de players no mercado.

O estudo Big Push para a Mobilidade Sustentável: Cenários para Acelerar a Penetração de Veículos Elétricos Leves no Brasil, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas, mostrou que o País precisa de estímulos para ampliar o alcance dos elétricos. Os resultados revelam que as políticas de incentivo podem elevar a participação dos elétricos a até 20% das vendas de automóveis em 2050, um crescimento bastante significativo em relação aos 3,8% atualmente estimados, quadro que não leva em conta a influência dessas medidas.

ESTÍMULO À MOBILIDADE ELÉTRICA

Do outro lado do Atlântico, a Europa segue investindo no segmento. A Ford anunciou que produzirá apenas carros elétricos no continente em 2030, mesmo ano em que a União Europeia pretende ter 30 milhões de unidades elétricas em seu território.

Os incentivos para atingir essa marca são econômico-fiscais, regulatórios, de infraestrutura de recarga e planejamento urbano. Reconhecendo as particularidades, acredito que podemos adotar algumas dessas práticas no Brasil para estimular ainda mais a mobilidade elétrica e trazer grandes benefícios ambientais.

Portugal, por exemplo, foi um dos países pioneiros na adoção de novos modelos de mobilidade elétrica. Em 2010, o país estabeleceu a legislação e regulação das atividades de mobilidade elétrica no país, bem como regulamentou os incentivos à utilização de carros elétricos e procedeu ao estabelecimento de uma rede piloto de âmbito nacional.

A Alemanha, por sua vez, definiu um programa de

governo para a eletromobilidade, além de uma legislação específica para esse fim.

Já a Noruega foi o primeiro país do mundo a superar 50% de carros elétricos vendidos. Os noruegueses conseguiram isso graças a estímulos como acesso a faixas exclusivas de ônibus, isenção de taxas de estacionamento, pedágios e de **impostos** para aquisição de veículos elétricos, além de financiamento para investimentos em estações de recarga.

POLÍTICAS DE ESTADO

Em comum, todas essas iniciativas têm a participação decisiva do Estado.

Por mais que o setor privado faça diversos esforços, são os países os responsáveis por definir suas políticas de transporte e meio ambiente. Elas são primordiais para estabelecer o ritmo de crescimento dos elétricos.

No Brasil, já temos boas iniciativas, como a redução do IPI para veículos elétricos, o programa de P D da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e decretos estaduais e municipais que estabelecem alíquotas diferenciadas de IPVA para veículos elétricos.

Precisamos de um esforço concentrado a fim de ampliar esses benefícios de forma coordenada. Isso pode englobar diversas iniciativas, como campanhas de conscientização da população ou acesso exclusivo de veículos elétricos em regiões mais adensadas da cidade, além do estímulo ao transporte coletivo elétrico.

O primordial é entender para onde o País pretende ir. O planejamento tem papel fundamental para aumentar nossa velocidade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aprovado contra a Covid, rendesivir não é usado no Brasil

GIULIANA DE TOLEDO

O rendesivir, único remédio aprovado no Brasil contra a Covid-19, com indicação específica para isso na bula, ainda não foi incorporado no tratamento da doença no país. As negociações do laboratório americano Gilead, seu fabricante, com o Ministério da Saúde para incluí-lo no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não renderam frutos.

A aprovação para o uso do rendesivir no Brasil foi dada em 12 de março pela Anvisa. Procurada pela reportagem, a pasta não respondeu sobre os planos em relação ao antiviral.

Tampouco houve uma "corrida" atrás da medicação na rede privada -a recomendação é para uso hospitalar.

O GLOBO procurou, por meio de suas assessorias de imprensa, grandes hospitais particulares do país, para saber se já empregam o produto no seu dia a dia. Tanto a Rede D'Or São Luiz quanto o Hospital Sírio-Libanês responderam que não adotam por enquanto o rendesivir. Também procurado, o Hospital Israelita Albert Einstein não informou sua prática.

Já em alguns dos outros mais de 50 países em que foi autorizado, como os Estados Unidos (por lá o antiviral ganhou aval do órgão regulador em 22 de outubro de 2020), o medicamento passou a fazer parte dos protocolos médicos. Atualmente, segundo a Gilead, 50% dos americanos internados com Covid fazem uso do rendesivir, conhecido também pelo seu nome comercial, Veklury.

A Índia é outro país que incorporou o rendesivir no tratamento da Covid. O país asiático atualmente vive uma explosão de casos da doença e proibiu recentemente que o medicamento seja exportado, priorizando a demanda interna.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, não endossa seu uso, porque, na sua avaliação, não há evidências suficientes de eficácia. O órgão destaca que a mortalidade não caiu em estudo que comparou pacientes que usaram rendesivir a outros que não fizeram o tratamento.

A Gilead, no entanto, defende que os estudos submetidos às agências reguladoras comprovam outro

ponto benéfico da droga, inicialmente estudado para o ebola: a redução do tempo de hospitalização dos pacientes com Covid.

Para a infectologista Eliana Bicudo, que é consultora médica da Sociedade Brasileira de Infectologia e já acompanhou dois pacientes em Brasília que usaram, com sucesso, o rendesivir, o valor do tratamento é o grande entrave para a adoção mais ampla no país.

-Agente poderia realmente considerar essa medicação, mas os custos são proibitivos. Eram pacientes que tinham dinheiro e pagaram por fora- explica ela, que diz ter se amparado nas diretrizes da sociedade de infectologia dos EUA ao sugerir o tratamento.

No Brasil, cada dose de 100mg do medicamento, que é importado, pode sair por até R\$ 2.386,62. Pelo tempo, o custo do tratamento fica em até R\$ 14.319,72 por paciente, fora **impostos** estaduais.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

TJ-SP exclui contribuições sociais do cálculo do ISS



Roberta Gemente: o raciocínio do Supremo deve valer para o ISS

Adriana Aguiar De São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu uma liminar inédita para uma empresa do setor de construção civil excluir o PIS e a Cofins do cálculo do Imposto sobre Serviços (ISS). A decisão aborda mais uma das teses desenvolvidas após o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins.

A tese do ISS aproveita o conceito de faturamento ou receita bruta desenvolvido pelos ministros do STF, em 2017, no julgamento sobre o imposto estadual (RE 574706). Esse conceito ficou limitado a receitas advindas da realização do objeto social da empresa e que integram definitivamente seu patrimônio, com a exclusão de valores transitórios.

"Esse mesmo raciocínio deve valer para o ISS", diz a advogada que representa a construtora na ação, Roberta Gemente, sócia da Roncato Advogados. Ela afirma que analisou as legislações do ISS de muitos municípios e em algumas, como as de São Paulo, Jundiaí (SP), Belém e Campo Grande, consta que a base de cálculo do imposto é o valor do serviço, representado pela receita bruta. Assim, acrescenta, deve restringir-se ao valor líquido da prestação de serviço, com a exclusão dos valores de **tributos**.

Na prática, segundo Roberta, a liminar do Tribunal de

Justiça de São Paulo (processo nº 2028738-32.201.8.26.0000) pode interessar a todas as prestadoras de serviço localizadas em municípios com legislação que extrapola o conceito de receita bruta definido pelo Supremo.

No município de São Paulo, por exemplo, o artigo 17 do Decreto nº 53.151, de 2012, diz que "a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição".

O mesmo ocorre em Jundiaí, onde a empresa resolveu entrar com a ação. O artigo 171 da Lei Complementar nº 460, de 2008, afirma que "entende-se por preço do serviço, a receita bruta dele proveniente, sem quaisquer deduções, exceto as previstas nesta lei complementar, ainda que a título de sub empreitada de serviço, frete, despesas ou imposto".

Na decisão que favorece a construtora, a desembargadora Beatriz Braga, da 18ª Câmara de Direito Público do TJ-SP, considerou cabível a concessão da tutela. "Para tanto, vê-se a existência de controvérsia jurídica sobre a matéria debatida nos autos. Assim, o princípio geral de cautela do magistrado autoriza a concessão da medida pretendida", diz. A magistrada, contudo, acrescenta que "a medida é reversível e pode ser revogada quando do julgamento do recurso".

Diante do precedente do STF, segundo o advogado Pedro Moreira, do CM Advogados, os contribuintes têm entrado com ações no Judiciário para excluir o PIS e a Cofins da própria base de cálculo e o ISS do cálculo das contribuições, entre outras.

"Os contribuintes possuem forte fundamento jurídico para tais discussões, o que gera competitividade e eficiência aos negócios, podendo, mediante decisão judicial, retirar tais **tributos** da base de cálculo e, no futuro, ainda restituir o indébito dos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação", diz.

Sobre a exclusão do PIS e da Cofins do ISS, Moreira destaca que é uma tese recente e esta é a primeira decisão da qual tem notícia neste sentido. "A decisão do TJ-SP indica a plausibilidade da tese, sendo uma

boa oportunidade aos contribuintes", afirma.

Já o advogado Diogo Ferraz, do Freitas Leite Advogados, apesar de também não conhecer outras decisões neste sentido, pondera que a que favorece a construtora ainda parece bastante superficial porque não chegou a entrar no mérito. Contudo, em relação à tese, ele considera a construção interessante, embora seja mais desafiadora do que as outras discussões, principalmente porque, de acordo com a Lei Complementar nº 116, de 2003, a base de cálculo do ISS não é a receita bruta, mas o preço do serviço prestado.

De acordo com Ferraz, embora o preço do serviço integre a receita bruta, juridicamente são conceitos diferentes e economicamente são grandezas distintas. "Além disso, enquanto o ICMS é destacado na nota fiscal e mais claramente repassado ao consumidor, o PIS e a Cofins, em regra, não são destacados na nota, o que dificulta a visualização desse repasse, embora ele certamente ocorra, pois qualquer contribuinte é forçado a embutir os custos tributários nos valores cobrados dos seus clientes", diz.

No caso desse processo em concreto, afirma o advogado, a discussão se mostra mais viável porque a lei do município de Jundiaí define o preço do serviço como sendo a receita bruta dele decorrente para delimitar a base de cálculo do ISS. "Isso acaba permitindo uma maior vinculação entre o entendimento firmado pelo STF e esse caso concreto." Em nota, a Prefeitura de Jundiaí destaca que a decisão é apenas uma liminar que pode ser revertida a qualquer momento pelo TJ-SP, com base na defesa do município. Portanto, acrescenta, "não cabe pronunciamento antes da decisão final da Justiça".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186799

Cenário ruim para 2022 - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

"Enquanto a pandemia não é controlada, o cenário econômico continua sendo de muitas incertezas e agravamento dos problemas sociais do país" Com a leitura do requerimento da CPI da Covid-19 pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), consolidou-se uma das principais linhas de força da disputa eleitoral de 2022, a crise sanitária. Mesmo que a pandemia venha a ser controlada, suas consequências políticas se farão sentir durante a campanha eleitoral, devido ao agravamento do desemprego, que não se resolverá facilmente, e o presidente Jair Bolsonaro será responsabilizado pela oposição, não somente pelo número muito alto de mortes. Os dois problemas ainda se somarão à disputa em torno da Operação Lava-jato, mesmo que seus processos sejam concluídos ou arquivados, e à defesa da democracia, uma pauta que Bolsonaro reiteradamente põe na ordem do dia ao atacar o Supremo Tribunal Federal (STF), além de os partidos de oposição e a imprensa.

Não foi à toa que Bolsonaro tentou melar a CPI e orientou seus aliados a ampliarem o escopo das investigações, para chegar a governadores e prefeitos, o que somente é possível, constitucionalmente, seguindo o dinheiro destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelo governo federal. Pacheco, cumprindo determinação do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, apensou o requerimento da CPI apresentado pelo senador Eduardo Girão (Podemos-CE) para investigar a responsabilidade de estados e municípios em más condutas no enfrentamento da pandemia, ao pedido original do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), unificando as duas CPIs requeridas.

Segundo Pacheco, "estão excluídos do âmbito de investigação das comissões parlamentares de inquérito do Poder Legislativo federal as competências legislativas e administrativas asseguradas aos demais entes federados". A guerra de narrativas entre Bolsonaro e a oposição marcará o funcionamento da comissão, mas são os fatos que determinarão o rumo das investigações.

No dia em que CPI passou a existir de fato, o Brasil registrou 3.808 óbitos por covid em 24 horas e mais 82.186 novos casos, segundo o Conselho Nacional de

Secretários de Saúde (Conass). Com isso, o número de mortos pela doença chegou a 358.425, e o total de casos aumentou para 13.599.994. Na segunda-feira, foram registrados 1.480 óbitos e 35.785 novos casos. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, reconheceu, ontem, que o Brasil tem 1,5 milhão da segunda dose de vacina em atraso. Ou seja, o cobertor está curto: muitas pessoas não estão recebendo o reforço adequado porque o fluxo de produção de vacinas, principalmente na Fiocruz, não acompanhou a escala da imunização pela primeira dose e houve uma opção de reduzir os estoques de segunda dose para aumentar o número de vacinados parcialmente.

Inflação Enquanto a pandemia não é controlada, o cenário econômico continua sendo de muitas incertezas e agravamento dos problemas sociais do país, que registra uma de suas maiores taxas de desemprego da história, em torno de 14,5% neste ano, ultrapassando a de países como Colômbia, Peru e Sérvia, e caminha na contramão da taxa média global, cuja estimativa é de recuo para 8,7% este ano, ante 9,3% em 2020. Uma das consequências do desemprego é a fome, que atinge seis de cada 10 domicílios brasileiros; no Nordeste, são sete em cada 10 domicílios, segundo pesquisa das universidades de Brasília, Minas Gerais e Berlim.

Ciente do problema, Bolsonaro tenta culpar governadores e prefeitos. A falta de comida na mesa é leve em 32% das casas, moderada em 13% e grave em 15% (nada pra comer). Além disso, a qualidade da alimentação piorou: queda superior a 40% no consumo de carnes e frutas e de 37% no consumo de verduras e legumes. A pesquisa mostra, ainda, que, em 63% dos domicílios, o auxílio emergencial serviu para comprar cesta básica. É um cenário perigoso, porque o auxílio emergencial e o Bolsa Família estão sendo insuficientes para resolver o problema alimentar das famílias de baixa renda por causa da **inflação** dos alimentos. Nos dois primeiros anos do atual governo, o custo da cesta básica subiu 32%.

PEC fura-teto prevê gasto extra de R\$ 35 bi



ROSANA HESSEL MARINA BARBOSA

A novela do Orçamento de 2021 parece não ter fim. O impasse em torno de um acordo para a sanção da peça orçamentária, aprovada no último dia 25 pelo Congresso Nacional, tem levado o ministro da Economia, Paulo Guedes, a buscar alternativas fora da agenda liberal que defende. É o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que prevê uma alternativa para furar o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** do ano anterior.

Conforme minuta dessa PEC "fura-teto" que circulou, ontem, pela Esplanada dos Ministérios, o estouro seria de, pelo menos, R\$ 35 bilhões via gastos extraordinários que não seriam incluídos nas regras fiscais. Essa burla, segundo analistas, poderá superar R\$ 50 bilhões em um Orçamento que continuará cheio de problemas, pois as receitas estão superestimadas e as despesas, sub-dimensionadas.

Dos R\$ 35 bilhões de créditos extraordinários que ficariam fora do teto, R\$ 10 bilhões seriam destinados para a preservação ou a criação de postos de trabalho; R\$ 7 bilhões para a concessão de crédito, por meio de fundos garantidores, às empresas; e R\$ 18 bilhões para outras despesas para atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados pela pandemia da covid-19. Mas há outras despesas que não foram mensuradas.

"Há outros gastos com saúde que estão em aberto, e a aceitação integral das emendas no inciso 8 do artigo 166. Logo, além de manter o Orçamento como está, ainda tenderia a aumentar a despesa, possivelmente, na casa dos R\$ 50 bilhões a depender dos gastos com saúde", alertou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Fontes do governo informaram que a PEC foi elaborada "em comum acordo entre a Economia e a Casa Civil". Ontem, à noite, as negociações entre a pasta e o Palácio do Planalto continuavam, em meio a rumores de que, após a péssima repercussão entre especialistas, a PEC poderia ser até descartada.

"Se a PEC for confirmada, pode abrir uma brecha enorme no regramento fiscal vigente. Não é uma boa solução e cria novos problemas, apesar de, potencialmente, ajudar na equação do Orçamento de 2021", comentou Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). "A equipe econômica tem que parar de pensar em PEC e colocar a mão na massa", disparou o analista do Senado Leonardo Ribeiro.

Crimes fiscais A peça orçamentária foi aprovada pelo Congresso com R\$ 26,5 bilhões de despesas adicionais de emendas parlamentares, criadas a partir do cortes de despesas obrigatórias, como aposentadorias, na contramão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se o presidente Jair Bolsonaro sancionar o Orçamento, pode cometer vários crimes de responsabilidade, pois o Orçamento é considerado inexecutável. As denúncias de irregularidades estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), cujos auditores já alertaram para um apagão da máquina pública se não houver vetos. Pelos cálculos da IFI, existe um estouro de R\$ 31,9 bilhões no Orçamento de 2021 em despesas sujeitas à regra do teto. Logo, o governo precisará cortar despesas nesse mesmo montante se a peça orçamentária for sancionada sem alterações ou vetos.

Fontes do governo reforçaram que a equipe econômica passou a trabalhar nessa nova PEC "por entender que ela seria menos prejudicial do que um novo estado de calamidade pública". Acionar novamente a calamidade é algo já cogitado por parlamentares por conta do agravamento da pandemia, e o ministro Paulo Guedes vê essa saída como um "cheque em branco, que não interessa ao país". Ele entende que, se for para furar o teto de gastos, é melhor limitar esse gasto extra. Por isso, defende essa nova PEC como "forma de recriar programas de enfrentamento à covid-19, que têm sido exigidos pela classe política e pelo setor produtivo", como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte (Pronampe).

"A ideia da PEC é fazer algo cirúrgico, porque o estado de emergência poderia ser prolongado várias vezes. Porém aprovar uma PEC é mais trabalhoso", comentou o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito. Ele disse que, apesar de ter reagido mal à PEC, o mercado compreende que é preciso fazer novos gastos para o enfrentamento à pandemia porém, cobrou mais planejamento do governo federal.

Pressa para PLDO de 2022 Enquanto o nó do Orçamento não desata, a equipe econômica também corre contra o tempo para concluir o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, que define, entre outras coisas, a meta fiscal do ano que vem. O prazo para a entrega termina amanhã. A meta fiscal deste ano era flexível, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou sobre a ilegalidade da medida e, com isso, a equipe econômica fixou como objetivo fiscal de 2021 deficit primário de até R\$ 247,1 bilhões para as contas do governo federal, o equivalente a 3,16% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O PLDO deste ano previa rombo de até R\$ 178,9 bilhões em 2022, ou 2,14% do **PIB**. É provável que a meta fiscal do ano que vem fique em torno desse patamar.

Pobres sofrem com alta de alimentos

» **ROSANA HESSEL**

A carestia está disseminada por todas as faixas de renda, mas não tem afetado ricos e pobres na mesma medida. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que, em março, a aceleração da **inflação** ocorreu com percentuais mais elevados para as classes de renda média e média-alta, de 1,09% e de 1,08%, respectivamente, com relação a fevereiro. Esses percentuais ficaram acima da alta de 0,93% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Contudo, no acumulado em 12 meses até março, as famílias com renda mais baixa foram as que sofreram a maior **inflação** entre as faixas pesquisadas pelo Ipea. Os dados mostram alta de 7,24% nos gastos de famílias com renda muito baixa e de 6,87% para as famílias de renda baixa. Essas taxas ficaram acima dos 6,1% calculados pelo IPCA no período. Famílias com renda alta e média alta sentiram o menor impacto da **inflação** nessa base de comparação: 4,67% e 5,09%, respectivamente.

De acordo com a economista Maria Andréia Parente, do Ipea, o ano de 2021 mostra uma mudança no impacto do custo de vida no bolso dos brasileiros do que o apresentado em 2020. "A **inflação** para os mais pobres no acumulado em 12 meses ainda tem um peso muito forte da alta dos preços dos alimentos no ano passado, mas a tendência, em 2021, é de essa diferença diminuir e as taxas de pobres e ricos se aproximarem", explicou.

"Neste ano, o que tem pesado mais no custo de vida é a alta dos preços monitorados, como combustíveis. Os mais ricos são os que mais têm carro e, por isso, sentem mais o impacto. Nos próximos meses, ainda teremos aumentos na energia elétrica", acrescentou Maria Andréia Parente. Segundo ela, ao longo deste ano, a expectativa é de que os preços de alimentos subam menos, o que vai ajudar a reduzir o impacto da **inflação** para os mais pobres.

Guilherme Boulos Estou disposto a disputar o Governo de São Paulo em 2022



Maílene Bergamo - 19.nov.20/Folhapress

Entrevista: Guilherme Boulos, 38 Formado em filosofia e mestre em psiquiatria pela USP Coordenador do MTST, foi candidato a presidente em 2018 pelo PSOL (10º lugar) e a prefeito de SP em 2020 (derrotado no segundo turno)

Depois de disputar a presidência da República em 2018 e de ter disputado o segundo turno da sucessão municipal na cidade de São Paulo, Guilherme Boulos afirma que está "disposto a assumir o desafio de disputar o Governo de São Paulo em 2022". E animado para acabar com o "Tucanistão", como se refere à sucessão de governos do PSDB no estado.

Nesta entrevista exclusiva, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e colunista da Folha prega a unidade do campo progressista para lançar um candidato único contra Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do próximo ano.

Diz que o nome mais forte para disputar a sucessão presidencial hoje é Lula. E afirma que a unidade implica gestos. "Não é razoável que numa composição, numa aliança política, tenha um partido que seja a cabeça de chapa em todos os lugares, em nível nacional, em nível estadual. Não é razoável isso", diz.

O cenário político mudou depois de sua campanha a prefeito de São Paulo, em 2020. Lula recuperou o

direito de ser candidato e a epidemia do novo coronavírus se agravou. Como vê a situação?

O maior desafio que a gente tem hoje é tirar o Brasil desse pesadelo. O Brasil virou o cemitério do mundo. Nós temos um genocídio deliberado. É devastador a gente ver 4 mil pessoas morrendo por dia, ver colapso na saúde sabendo que a gente só não está pior do que isso por causa do SUS, por causa de milhares de profissionais de saúde se arriscando todos os dias. E por causa dos freios que, de algum modo, algumas instituições estão colocando ao [presidente Jair] Bolsonaro.

Por isso eu acho fundamental a instalação da CPI da pandemia. Se for séria, ela vai apontar crimes de responsabilidade do Bolsonaro ao ter negado a vacina, ter boicotado medidas de isolamento sanitário. E pode ser o primeiro passo para o impeachment.

Não dá para simplesmente esperarmos [a eleição de] 2022.

E nós estamos vivendo também uma pandemia da fome. São quase 20 milhões de brasileiros com fome, desemprego estourando, bujão de gás a R\$ 100, **inflação** de alimentos. E nesse contexto o Bolsonaro corta o auxílio emergencial.

Um dos projetos ao qual tenho me dedicado muito é o das cozinhas solidárias do MTST. Viajei para Planaltina, no Distrito Federal, para Roraima, no extremo norte [do país] para inaugurar essas cozinhas, para combater a fome, para dar visibilidade a esse problema.

Numa crise dessa dimensão, o impeachment não traria ainda mais turbulência? E não é inviável o impedimento de um presidente com o apoio que Bolsonaro tem?

Não há turbulência pior para o Brasil do que 4 mil mortos por dia. Tirar o Bolsonaro é a possibilidade de o Brasil sair da crise, tanto econômica quanto sanitária. Com ele, não há saída para a crise que o Brasil enfrenta.

E acho que a lealdade do Centrão ao Bolsonaro tem limites. Aliás, seria inédito na história política brasileira que o Centrão fosse fiel até as últimas consequências.

Eles vêem o Bolsonaro se desgastando como está, no pior índice de apoio social desde o início do governo.

O Centrão também está preocupado em reeleger seus deputados no ano que vem. Se o presidente vira tóxico, eles podem pular do barco e isso cria as condições para o impeachment. O trabalho tem que ser nesse sentido.

Seria o terceiro impeachment da história recente do Brasil. Não está na hora de o país talvez virar essa página de impedimentos e colocar as coisas em outros termos? Estamos a pouco tempo de uma eleição, em que o voto pode decidir o destino do presidente.

Se nós olharmos, o Bolsonaro fez coisas muito mais graves do que o [ex-presidente Fernando] Collor [que sofreu impeachment em 1993]. A Dilma [Rousseff] não cometeu crime e foi "impeachmada".

É evidente que queremos estabilidade para a democracia brasileira. Agora, é possível estabilidade com um genocida no poder? É possível estabilidade democrática com alguém que defende ditadura militar e tortura? Eu acredito que não.

O senhor fala de unidade do campo progressista. Seis presidenciáveis de centro ou centro-direita assinaram recentemente um manifesto que incluiu o Ciro Gomes. Ele está no campo progressista ou no desses presidenciáveis?

O campo progressista é quem se coloca na oposição ao Bolsonaro tanto no seu autoritarismo político como também na sua política econômica neoliberal e anti-popular. Essa é uma definição importante.

Você ter uma frente democrática contra o Bolsonaro eu acho importante, bem como que figuras que sempre foram historicamente da direita ou da centro-direita também se oponham ao bolsonarismo nos dias de hoje.

Agora, isso não basta. Sobretudo se a gente fala de um processo eleitoral. Numa eleição você não vai dizer só o que você não quer. Você tem que apresentar para o povo o que você quer.

Não dá para ignorar o que trouxe o Brasil para 14 milhões de desempregados, com quase 20 milhões de pessoas com fome, com a economia devastada, o país está em pandarecos. O que trouxe a gente até aqui foi uma política neoliberal, uma política criminoso de cortes, de ajustes, que não se preocupa com o povo e amplia as desigualdades.

O corte importante para uma unidade progressista em 2022 é ter um projeto popular, de reconstrução

nacional com retomada de investimentos públicos, com combate às desigualdades. E que hoje passa sem sombra de dúvidas também pela revogação do teto de gastos, de colocar na mesa a ampliação da base monetária a tributação progressiva. Esses são pontos importantes de demarcação?

O Ciro está lá ou cá?

Ele defende essas posições. Agora, Ciro busca um arco de alianças que eu francamente acredito que nem é possível [fechar]. Ou alguém acha que a centro-direita brasileira não vai ter uma candidatura própria? Eles vão ter.

E não seria o Ciro?

Eu vejo isso como bastante improvável, até mesmo pelas posições sobre política econômica que o Ciro expressa abertamente.

Eu acho importante que o [ex-ministro da Saúde Luiz Henrique] Mandetta, o [governador de São Paulo, João] Doria, o [governador do Rio Grande do Sul, Eduardo] Leite se coloquem contra o Bolsonaro. É melhor do que estarem a favor dele. Deixa o Bolsonaro isolado. Mas acho que é uma certa ilusão achar que esses setores possam estar juntos com a esquerda eleitoralmente em 2022. A direita brasileira, a centro-direita, terá candidatos.

E no segundo turno?

No segundo deles, eles se dividem [caso fiquem fora da disputa]. Uma parte deles pode compor com um projeto progressista. Por isso é importante ter pontes. Eu não rejeito essas pontes de diálogo. Mas não vejo possibilidade de aliança em primeiro turno. Tem uma diferença fundante [entre os dois grupos] que é a agenda econômica, a visão do país.

Em torno de quem se daria essa união que você prega do chamado setor progressista? Em torno do Lula, se ele for candidato, até mesmo por essa força incontestável dele nesse campo?

Eu defendo essa unidade nacional do campo progressista. Temos que ver qual é o nome que vai ter melhores condições de derrotar o Bolsonaro em 2022.

Se for o do Lula... hoje é. Estamos a um ano e meio da eleição. É evidente que a unidade tem que ser construída em torno do nome com melhores condições de derrotar o Bolsonaro. Mas também em torno de um projeto.

A decisão sobre candidatura em 2022 também, da parte do PSOL, não é uma decisão individual minha.

Ela vai passar pelo debate coletivo do partido. O partido tem congresso marcado para o segundo semestre e vai poder se definir.

O nosso foco tem que ser derrotar o bolsonarismo e apresentar um projeto de reconstrução nacional.

Isso passa por um debate de um projeto nacional. Unidade se constrói com gestos dos dois lados. Unidade é uma via de mão dupla.

Uma pesquisa do Ipespe divulgada pelo jornal Valor Econômico na semana passada mostrou que você aparece com 16% para o Governo de São Paulo. Seria um projeto para 2022?

Eu devo te confessar que tenho muita disposição de acabar com o "Tucanistão" [a sequência de governos do PSDB no estado].

Já deu. Tem um cansaço, um desgaste do PSDB com essa mesmice tucana governando o estado há mais de 30 anos. Uma capitania hereditária com histórico de roubo, máfia da merenda, do metrô, do Rodoanel.

Ontem mesmo a Folha colocou [uma reportagem que mostrava] 620 obras paralisadas no estado. E ainda enchem a boca para falar de gestão.

Derrotar o "BolsoDoria" [o slogan foi lançado pelo então candidato ao Governo de SP João Doria em 2018] em São Paulo é muito importante.

E muita gente me procurou depois das eleições de 2020 [em que Boulos disputou a Prefeitura de São Paulo], em que a gente teve mais de 2 milhões de votos.

Lideranças partidárias, lideranças sociais, colocam esse debate sobre uma candidatura ao governo do estado.

Tenho visto pesquisas que nos colocam inclusive em primeiro lugar, em empate técnico com outros candidatos.

Preciso fazer naturalmente esse debate com o meu partido. Mas eu estou disposto a assumir o desafio de disputar o Governo de São Paulo em 2022. E construindo uma unidade dos progressistas. Sem unidade é muito difícil derrotar a máquina do PSDB.

O que seria essa unidade? Uma aliança com o PT? Com que outros partidos?

Eu tenho dialogado e quero fortalecer esse diálogo com todos os partidos do campo progressista.

Eu não vou citar nominalmente até em respeito a eles, que devem estar discutindo também os seus caminhos, os seus projetos.

Mas quero fazer esse debate de ampliação do campo progressista para que a gente consiga acabar com essa hegemonia nefasta do PSDB em São Paulo.

Na disputa para prefeito, em 2020, você falava que se o Fernando Haddad fosse candidato, não entraria na disputa. Ele não foi, e você, sim. Manteria o seu nome mesmo com ele na cédula? Ou, depois de ter saído da eleição com 2 milhões de votos para prefeito em 2020, o diálogo hoje seria um pouco diferente?

Eu nunca condicionei o lançamento da minha candidatura a prefeito a outros nomes. Eu tenho muito respeito pelo Haddad, uma relação de amizade com ele.

Agora, em primeiro lugar acho que ele não vai ser candidato. O que tenho visto é que ele quer estar ajudando o Lula na construção de um projeto nacional.

Tem uma outra coisa: unidade tem que ser uma via de mão dupla. Unidade implica gestos.

Não é razoável que numa composição, numa aliança política, tenha um partido que seja a cabeça de chapa em todos os lugares, em nível nacional, em nível estadual. Não é razoável isso.

É claro que ainda está muito cedo. Estamos a um prazo longo da eleição. Nesse momento a minha preocupação é o enfrentamento à pandemia. É o enfrentamento à fome. Todas as minhas iniciativas políticas estão nesse lugar.

Ainda não é momento para campanha. Mas eu acho que nós temos, sobretudo após as eleições municipais, legitimidade para dialogar com esse campo político para buscar construir uma candidatura unitária que enfrente o PSDB.

Ou seja, não faria sentido ter um candidato do PT como cabeça de chapa para presidente, o PT como cabeça de chapa no governo do estado, e vocês como coadjuvantes.

É o que eu te disse: unidade tem que ter via de mão dupla e tem que passar por uma discussão de projeto.

Eu estou aqui colocando uma disposição inclusive por busca e procura de diálogo com um conjunto de lideranças do estado de São Paulo.

Essa disposição ainda precisa ser dialogada com o

meu partido. Estamos a um ano e meio da eleição. Não é momento de a gente centrar a pauta política em eleição.

Acho que é momento de centrar a pauta da oposição em impeachment do Bolsonaro, em medidas contra a fome, em retomada do auxílio emergencial de R\$ 600. Na vacinação do nosso povo. O foco é esse.

Agora, para se ter aliança, é preciso gestos de todos os lados.

Há sempre uma comparação da história do PT com a do PSOL. O PT veio lá de trás e foi ganhando aos poucos eleições, assumindo prefeituras, governos estaduais. E muitos quadros foram se formando, com experiência administrativa. O PSOL estaria preparado para assumir o Governo de São Paulo ou falta um pouco de músculo, de quadros, de experiência?

A gente juntou na candidatura à Prefeitura de São Paulo alguns dos maiores especialistas da cidade, que participaram de gestões públicas, que estão fazendo estudos diariamente na academia.

Para governar, você precisa ter equipe, um bom grupo. Estamos construindo um excelente grupo. Capacitado. Que conhece a realidade de São Paulo. Conhece a realidade do Brasil. A gente criou um gabinete paralelo que está acompanhando os problemas da cidade.

Tenho dialogado com muita gente que conhece os problemas do interior, construindo essas pontes.

Agora, até para fazer um paralelo: o PSDB se apresenta como bom de gestão. O Governo de SP tem o maior orçamento do país. Olha a situação da pandemia. Temos quase 100 mil mortos [por Covid-19] em São Paulo. Dá para dizer que é uma boa gestão?

O Doria é bom de marketing. Ele tenta capitalizar para ele pessoalmente a vacina do Instituto Butantan, enquanto ele queria privatizar o Butantan no início do governo.

Diz que defende a ciência e tentou cortar 1/3 da verba da Fapesp, que é o principal instituto de pesquisa científica do estado.

Diz que defende a vida, e disse em 2018 que a polícia tinha que atirar para matar. Tem uma condição errática, elitista da pandemia. R\$ 245 bilhões de orçamento e não conseguiram dar respostas. Porque não basta, em uma pandemia, você dizer para as pessoas ficarem em casa. A conscientização é importante. Mas você tem que dar as condições para as pessoas ficarem em casa. Ainda mais em um país

tão desigual como o nosso.

E o governo do estado, com todo o orçamento que tem, não fez, não deu apoio econômico.

Pega o [governador] Flávio Dino, no Maranhão. Com um orçamento muito menor, deu vale-gás para as pessoas comprarem butijão.

Precisaria ter em São Paulo um auxílio. A prefeitura criou um de R\$ 100, que não dá nem para comprar um butijão de gás, e o Governo de SP criou um que vai atender a um percentual ínfimo das pessoas que precisam.

Precisaria ter medidas de apoio a pequenos empreendedores, microempresários, comerciantes que estão com as portas fechadas. Não teve nada. Repito: é uma condução errática e elitista.

A vacina contra a Covid-19 não é um trunfo do governador Doria?

Não deveria ser mérito de um político não ser negacionista. Deveria ser obrigação. Embora o governo dele tenha dado as condições, a vacina é mérito de milhares de servidores da saúde, de cientistas e pesquisadores públicos que colocaram ela em pé no Instituto Butantan.

"Acho fundamental a CPI da Covid. Se for séria, ela vai apontar crimes de responsabilidade do Bolsonaro e pode ser o primeiro passo para o impeachment. Não dá para simplesmente esperarmos 2022"

"Unidade tem que ser uma via de mão dupla, implica gestos. Não é razoável que numa aliança política tenha um partido que seja a cabeça de chapa em todos os lugares"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49496>

China acelera expansão e diz aos EUA: "Somos iguais agora" - TODA MÍDIA



Nelson de Sá nelson.sa@grupofolha.com.br

No alto do Caixin, com a imagem abaixo, "Exportações e importações da China se recuperam, impacto da pandemia se esvai". E na Bloomberg, "Forte comércio da China indica economia global em recuperação", acrescentando, no texto:

"Dados a serem anunciados na sexta-feira [16] devem mostrar que a segunda maior economia do mundo expandiu um recorde de 18,5% no primeiro trimestre, em relação a um ano antes."

Já o Wall Street Journal destacou, no site e na capa impressa, a extensa reportagem "Mensagem da China para a América: Somos iguais agora".

Ouve autoridades dos dois lados, lista as várias iniciativas de Joe Biden contra Pequim e destaca um comentário de Jeffrey Bader, que trabalhou nos governos Obama e Clinton:

"Quanto mais você afirma que não é um poder em declínio, menos convincente você é."

ESTÍMULO

O South China Morning Post chegou a levar à manchete o alerta de que o "Estímulo de Biden pode adicionar combustível ao fogo" do conflito entre os dois países, com a forte ampliação do superavit comercial chinês.

E o WSJ levou ao alto da home que a "**Inflação** acelerou em março" nos Estados Unidos, "marcando o início do que muitos economistas esperam ser muitos meses de aumentos nos preços".

KERRY EM XANGAI

SCMP e outros chineses noticiam a chegada do enviado de Biden a Xangai, o ex-secretário de Estado John Kerry. Entrevistado pelo WSJ, ele disse que os EUA não vão ceder em questões econômicas em busca do acordo sobre meio ambiente:

"As diferenças que temos devem ser canalizadas separadamente. Clima é questão independente. Trata-se da sobrevivência do planeta."

BIDEN IMPROVISA

New York Times e Washington Post esconderam, mas WSJ e russos como o Kommersant destacaram que Biden ligou para Vladimir Putin e propôs um encontro de cúpula.

O jornal financeiro americano chegou a descrever como "um convite pessoal que veio no meio de uma conversa" sobre a Ucrânia. Na chamada do Kommersant, indicando que também o presidente russo teria sido pego de surpresa, "Devemos sair e conversar?".

"DIPLOMACIA DE CANHONEIRA"

Um destróier americano (acima, no Hindustan Times) entrou em águas da Índia e anunciou que o fez, sem permissão, por serem "reivindicações marítimas excessivas".

Do Jagran ao Times of India, os principais jornais indianos ecoam o mal-estar com a "ação altamente inusual" logo após a visita do secretário de Defesa americano. O TOI chegou a lembrar a "gunboat diplomacy" adotada pela mesma 7ª Frota contra a Índia, nos anos 1970.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49496>

Equipe de Guedes defende enxugar R\$ 18 bi em emendas da PEC fura-teto



Fábio Pupo, Thiago Resende e Bernardo Caram Brasília

A ideia de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para retirar despesas do teto de gastos e ao mesmo tempo liberar espaço para emendas parlamentares não reuniu consenso entre governo e aliados.

Apesar da resistência, o Ministério da Economia insiste na necessidade da proposta para liberar medidas ligadas ao combate à pandemia. Para isso, a pasta propôs uma versão mais enxuta do texto, com a retirada de R\$ 18 bilhões em emendas que ficariam fora do teto de gastos.

Um interlocutor da ala política do governo afirmou a Folha que o Executivo não deve apresentar a PEC no formato que circulou nos últimos dias. A mesma pessoa ressaltou que a proposta era apenas uma das possibilidades aventadas para resolver os impasses com os gastos neste ano.

O Ministério da Economia diz que a versão do texto que circulou nesta semana está desatualizada e descartada, mas que continua discutindo uma proposta -em formato mais restrito- para acomodar certos gastos extraordinários com a pandemia.

Isso valeria para abrigar principalmente medidas como compra de vacinas e programas de emprego e de crédito. A ideia é retirar o trecho que abre caminho para emendas e obras fora do teto, o que havia gerado críticas de analistas.

As mudanças são comentadas após uma reação do mercado à proposta. Diante das incertezas sobre os gastos em 2021, o real teve o pior desempenho global entre as moedas na segunda-feira (12), com o dólar fechando em alta de 0,9%, a R\$ 5,7258.

Apesar da repercussão negativa, técnicos do ministro Paulo Guedes (Economia) ainda afirmam que uma nova PEC é necessária para dar respaldo às medidas de saúde, crédito e emprego ligadas à Covid. Isso porque há um receio no Ministério da Economia de que atos do Executivo possam ser questionados por órgãos de controle por eventual desacordo com regras fiscais.

A PEC -numa versão mais enxuta- seria uma forma de dar segurança jurídica aos programas.

Entre os receios de integrantes da pasta, está o temor de responsabilização caso algum órgão de controle decida que, como a crise da Covid-19 começou no ano passado, não seria permitida a abertura de crédito extraordinário (instrumento autorizado pela Constituição apenas em casos urgentes e imprevisíveis).

Agrava a insegurança dos membros da Economia o fato de o Orçamento ainda não ter sido sancionado -o que, teoricamente, possibilitaria modificações para abrigar as despesas ligadas à Covid sem necessidade de flexibilizações na legislação.

O Orçamento de 2021 ainda está à espera da sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) por ter uma série de problemas -inclusive a previsão de uma pedalada nos mesmos moldes da que derrubou Dilma Rousseff, conforme mostrou a Folha.

O receio dos técnicos foi comentado publicamente pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. "Ainda que lancemos mão de crédito extraordinário, existe a preocupação de que não teremos a segurança necessária. Porque você poderia ter o espaço para fazer dentro do Orçamento. E o crédito, constitucionalmente falando, está fora do Orçamento. E, se não temos o Orçamento, isso cria uma insegurança para tudo isso", disse Bianco há menos de duas semanas.

Com a nova versão da PEC, a Economia ganharia passe livre definitivo para os programas enquanto diz que os valores desta vez não causarão susto no mercado. O entendimento é que parte dos créditos extraordinários já estava contabilizada pelo mercado financeiro.

É o caso de R\$ 10 bilhões para programa de corte de jornada e salário do trabalhador, cujo objetivo é evitar demissões em massa. Assim, se insistir na ideia de uma PEC, Guedes deve atacar o desejo da ala política de colocar obras (emendas parlamentares) fora do teto.

Apesar das discussões, a proposta não reúne consenso na equipe econômica. Enquanto uma ala mais rigorosa com as regras defende uma nova PEC, outra ala não vê motivo para receios e até considera difícil emplacaramos a ideia da nova proposta por considerar complicado o trabalho de articulação perante o Congresso.

Toda a discussão sobre uma nova PEC acontece pela resistência de Guedes em acionar o dispositivo da calamidade pública. O instrumento aprovado pelo Congresso em março, por meio da PEC Emergencial, permitiria liberação ampla de gastos para a pandemia. Mas o ministro evita essa saída.

Guedes combinou com o Congresso no começo do ano que a PEC teria a cláusula de calamidade -mas sua ideia era que, em contrapartida ao acionamento do dispositivo, seriam vedadas outras despesas (como o reajuste para senadores) por até três anos.

O problema é que o Congresso modificou o trecho e restringiu a limitação de gastos somente para o exercício da calamidade. Como os salários de servidores já estão congelados neste ano, o ministro vê esse tipo de medida como inócua e considera o acionamento do dispositivo um cheque em branco.

"[Ao] apertar hoje o botão de calamidade, você seguraria os salários [de servidores], que já estão travados até dezembro. Seria apenas uma licença para gastar, um cheque em branco. Em vez de ser um sinal de estabilidade, seria o contrário", disse o ministro recentemente.

A proposta ventilada nesta semana gerou controvérsia ao suspender as principais regras fiscais (como o teto de gastos) para ao menos R\$ 35 bilhões em despesas, sendo que R\$ 18 bilhões seriam direcionados a "outras despesas para atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos agravados durante o período da pandemia de Covid-19".

O trecho não especifica o que pode receber tais recursos, abrindo espaço até para obras de infraestrutura via emendas parlamentares.

Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas), afirma que a nova PEC seria um

equivocado. "É inacreditável o que estamos vendo na gestão fiscal e orçamentária", afirmou. "Não vai dar certo. Abre-se a caixa de pandora da contabilidade criativa. É preciso ter claro: risco altíssimo."

Em outras ocasiões, o economista já defendeu que não seria necessário aprovar uma PEC para fazer gastos emergenciais. A avaliação é que as regras atuais já permitem liberar esses recursos com urgência, bastando que o governo ajuste a meta fiscal e a regra de ouro por meio de instrumentos legais mais simples do que uma emenda constitucional.

Por outro lado, lideranças partidárias próximas a Bolsonaro já defendem nos bastidores que o governo avalie a decretação de calamidade para enfrentar a pandemia, que segue em aceleração.

Proposta é alvo de crítica de especialistas

A possibilidade de o governo enviar ao Congresso uma proposta que altere a Constituição para liberar ao menos R\$35 bilhões em despesas fora do teto de gastos é criticada por economistas e especialistas em finanças públicas.

Eles também dizem que não há necessidade de mudanças na legislação para viabilizar gastos vinculados à pandemia, seja na área de saúde, seja em programas de crédito ou manutenção de empregos.

Diante da repercussão negativa da proposta, o Ministério da Economia já avalia abandonar a ideia, que abriria espaço para R\$ 18 bilhões em emendas parlamentares fora do teto, na tentativa de resolver o imbróglio no Orçamento deste ano.

O governo, no entanto, ainda insiste na necessidade de mudar a Constituição para flexibilizar as regras para gastos com programas de proteção a empresas e trabalhadores.

A versão da PEC que circula em Brasília prevê deixar fora do teto R\$ 10 bilhões para a reedição do programa de redução de salário e jornada (o chamado BEm), R\$ 7 bilhões para o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas) e R\$ 18 bilhões para quaisquer "despesas que tenham por objetivo atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia", valor que iria para emendas parlamentares.

A proposta também permite ao governo realocar recursos de emendas já previstas no Orçamento de 2021 para gastos obrigatórios, como Previdência e seguro -desemprego, sem necessidade de aprovação

do Congresso, como determina a legislação atual.

O economista Marcos Mendes, colunista da Folha e um dos autores do teto de gastos constitucional, afirma que a legislação já permite ao governo reeditar os programas de preservação de emprego e concessão de crédito a empresas, que estão ligados à questão da pandemia, sem necessidade de mudar a Constituição.

"Estão com pudores de asar essa válvula de escape do teto, dizendo que a pandemia já era conhecida, mas ela mudou de escala e seria mais do que justificável fazer créditos extraordinários [para os dois programas]. O governo já fez crédito extraordinário para o Ministério da Saúde neste ano com base nisso. Não precisa de uma nova regra", afirmou.

Ele discorda do argumento de que a nova PEC seria uma alternativa à decretação de estado de calamidade pública para permitir gastos fora do teto, o que seria um cheque em branco ao Legislativo.

Mendes vê risco de que o valor das emendas fora do teto seja elevado na tramitação da proposta no Congresso, tendo em vista a dificuldade do governo em obter apoio parlamentar, como foi visto nas votações recentes da PEC Emergencial e do Orçamento deste ano. Também poderiam surgir mais exceções ao teto.

Versão em discussão de PEC dispensaria governo de cumprir lei orçamentária para seguintes ações

Medidas de saúde sob responsabilidade da União (inclusive na aquisição e no desenvolvimento de vacinas e insumos, logística, tecnologia da informação e comunicação, treinamentos e comunicação para a vacinação contra a Covid-19) Valor: não especificado

Preservação ou criação de postos de trabalho Valor: até R\$ 10 bilhões

Concessão de crédito, por meio de fundos garantidores, às empresas (em especial às micro e pequenas)

Valor: até R\$ 7 bilhões

Outras despesas com objetivo de atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia de Covid-19.

Valor: até R\$ 18 bilhões

Total: R\$ 35 bilhões

AS DESPESAS SERIAM DISPENSADAS DE QUE

REGRAS ORÇAMENTÁRIAS?

Meta de resultado primário

Corresponde à diferença entre as receitas e despesas no ano (exceto despesas com juros), prevista em um déficit de até R\$ 247 bilhões em 2021

Teto de gastos Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da **inflação**, o que em 2021 representa até R\$ 1,4 trilhão

Regra de ouro Impede o governo de se endividar para despesas correntes (como salários e aposentadorias. Norma vem sendo descumprida desde 2019 com permissão do Congresso e, para 2021, proposta de Orçamento enviada pelo governo já previa estouro de R\$ 453 bilhões

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49496>

Empresas pedem ao governo que antecipe fim de emissões

Presidentes de grandes empresas enviaram uma carta ao governo com proposta de que o Brasil neutralize suas emissões de poluentes até 2050, prazo dez anos mais curto do que o estipulado pelo governo em compromisso anunciado em dezembro.

Itaú, Bradesco, Shell, JBS e Microsoft Brasil estão entre as signatárias.

A ação acontece em um momento em que o país vem sendo pressionado a adotar metas ambientais mais rígidas, em face do aumento do desmatamento.

Na próxima semana, ocorre a Cúpula de Líderes sobre o Clima, evento organizado pelo governo americano que vai reunir 40 líderes mundiais de modo virtual.

Segundo reportagem da Folha, será a última chance de o Brasil mostrar preocupação ambiental para recuperar a confiança dos americanos e ampliar as relações com a Casa Branca.

Intitulado "Neutralidade Climática: Uma grande oportunidade", o texto foi organizado pelo Cebds (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) e divulgado nesta terça-feira (13).

Segundo os organizadores, a implantação de práticas de baixo carbono poderiam gerar um ganho de R\$ 2,8 trilhões até 2030 ao PIB e R\$ 19 bilhões em produtividade agrícola adicional no mesmo período.

Além dos ganhos econômicos, as propostas também teriam efeitos positivos nas esferas ambiental, comercial e reputacional.

"Essas soluções poderiam ser responsáveis por 37% da redução de emissões necessárias para limitar o aquecimento global em até 2°C até 2030, caso essa mobilização ocorra dentro dos próximos 10 a 15 anos", afirma trecho do documento.

A política ambiental brasileira chegou a gerar atritos com investidores estrangeiros e é um dos principais obstáculos para a conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia.

Confira as empresas signatárias

Bayer, Braskem, Bradesco, BRF.CBA, DSM, Ecolab,

Eneva, Equinor, Icare, Ipiranga, Itaú, JBS, Lojas Renner, Lwart Soluções Ambientais, Marfrig, Michelin, Microsoft Brasil, Natura, Schneider Electric, Shell, Siemens Energy, Suzano, Ticket Log, Tozzini, Vedacit, Votorantim Cimentos e Way Carbon

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

96

Inflação acelera para todas as faixas aponta Ipea

Gabriel Vasconcelos

A **inflação** acelerou para todas as faixas de renda em março devido aos aumentos nos preços dos combustíveis, informou o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). As famílias de renda média (entre R\$ 4,12 e R\$ 8,25 mil) e média alta (R\$ 8,25 mil a R\$ 16,5 mil) foram as mais afetadas: a variação para esses grupos passou de 0,98% e 0,97% para 1,09% e 1,08%, respectivamente.

Já as famílias de renda baixa e muito baixa apresentaram menor incremento inflacionário, com altas de 0,85% e 0,71% em suas cestas de produtos e serviços. Em 12 meses, porém, essas faixas de renda, entre R\$ 900 e R\$ 2,4 mil, ainda são de longe as mais penalizadas pela alta de preços. Nessa base de comparação, a **inflação** aumenta conforme a renda, sendo para os mais ricos de 4,67% em 12 meses e, para os mais pobres, de 7,24%.

Nos primeiros três meses de 2021 há um início de reversão dessa disparidade, com a **inflação** acumulada dos mais ricos chegando a 2,29%, e a dos mais pobres, a 1,60%. A previsão do Ipea é que em 2021 haja equilíbrio para a **inflação** sobre diferentes faixas de renda.

"Isso é efeito dos aumentos da gasolina e desaceleração na alta dos alimentos, o que diminui a pressão sobre [a cesta dos] mais pobres e aumenta a pressão sobre os mais ricos", diz Maria Andreia Lameiras, pesquisadora do Ipea responsável pela pesquisa. Isso já havia ocorrido em fevereiro, com o reajuste de mensalidade escolar.

Para ela, a tendência de convergência das **inflação** para ricos e pobres para o restante do ano se deve a uma previsão de desaceleração nas altas de alimentos, ao aumento de preços administrados represados em 2020 devido à crise e, também, à **inflação** dos serviços.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Selic deve subir 0,75%, mas "nada está escrito em pedra", diz Campos Neto

Estevão Taiar

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a autoridade monetária planeja elevar novamente a taxa Selic em 0,75 ponto na próxima reunião do Copom. No entanto, disse Campos Neto que "nada está escrito em pedra".

"A não ser que algo extraordinário aconteça, não vemos nada diferente de 0,75 ponto, mas nada está escrito em pedra. Enfrentaremos condições muito diferentes daqui para frente", afirmou em inglês em entrevista à "Bloomberg TV". A Selic está em 2,75% ao ano.

Minutos antes, disse que o BC segue considerando que a Selic precisa ficarem patamar estimulativo. Mas essa decisão vai depender da conjuntura. "Nada está escrito em pedra, vamos ver como a situação se desenvolve", reforçou.

A questão, segundo Campos, "é quão estimulativa precisa ser" a política monetária. Ele reiterou que o BC mencionou em suas últimas comunicações uma "normalização parcial" da Selic. Ou seja: com a taxa básica abaixo da taxa estrutural de juros. Na semana passada, o diretor de política econômica do BC, Fabio Kanczuk, destacou que a taxa estrutural está em aproximadamente 6,5% ao ano.

De acordo com Campos, a última divulgação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (1PCA) mostrou os núcleos de **inflação**, mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, abaixo do esperado. Mesmo assim, reforçou que o Banco Central não mira o curto prazo. "Estamos olhando mais e mais para 2022", afirmou o presidente do BC.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Setores do Executivo contestam necessidade de veto a emendas

Fabio Graner e Edna Simão

Em meio às discussões que continuam no governo sobre o Orçamento de 2021, fontes do governo contestam a defesa do veto às emendas adicionadas pelo relator ao texto que vinha sendo apoiado pela equipe econômica, argumentando que nos últimos quatro anos os gastos efetivos do Executivo sempre ficaram abaixo do teto.

De fato, os números do Tesouro mostram que, na média dos últimos quatro anos, a despesa sujeita ao limite constitucional ficou R\$ 48,9 bilhões abaixo do permitido. No ano em que ficou mais próxima, 2019, alcançou R\$ 33,9 bilhões, montante superior a todo orçamento de emendas do relator (R\$ 29 bilhões) para este ano e maior que o rombo de R\$ 31,9 bilhões calculado pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

Por isso, há uma ala no governo, que encontra eco no Congresso, defendendo que o melhor seria o presidente Jair Bolsonaro não vetar a peça aprovada no parlamento, fazendo os ajustes necessários ao longo do processo de execução orçamentária. A interpretação é que a sanção, nesse caso, não implicaria em crime de responsabilidade fiscal, ao contrário do que afirma a equipe econômica, pois seria possível ao governo enviar projeto corrigindo as despesas subestimadas e controlar a execução dos gastos não obrigatórios para o teto não ser descumprido.

A causa principal para essas sobras recorrentes é o chamado "empoçamento" de recursos nos ministérios, que raramente conseguem executar todo o volume que está autorizado a eles por uma série de fatores, como processos licitatórios, vinculações e outros.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, lembra que a sobra no teto em 2020 teve seu valor inflado pelo fato de que o governo realizou muitas despesas extraordinárias fora do teto, entre elas o auxílio emergencial, que beneficiou também o público do Bolsa Família. Com isso, os recursos orçamentários para esse grupo ficaram parados em boa parte do ano, ajudando nessa conta.

Salto reconhece que os dados dos últimos anos sempre mostraram uma sobra, mas aponta que isso não é garantia de que vai ocorrer no futuro. "Esse

resultado não é um bom previsor para o futuro", disse. "O teto pode ser rompido se os ajustes não forem feitos. E romper o teto é crime", comentou, apontando que as despesas discricionárias estão em níveis bastante baixos, complicando a decisão do governo.

A economista-chefe do Credit Suisse Brasil, Solange Srour, afirmou que, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, a folga do teto de gastos será esgotada neste ano. Ela lembra que o próprio relatório bimestral de receitas e despesas já mostra que seria necessário um corte de R\$ 17,5 bilhões das despesas para que o teto de gasto seja cumprido. "Não vai ter folga neste ano porque o buraco é muito grande", frisou Solange. "Eu acho que a equipe econômica deveria ter alterado os parâmetros das despesas antes da aprovação do orçamento que já começou com um 'gap' de R\$ 17 bilhões", complementou.

Segundo ela, essa conta considera o descasamento entre o índice de **inflação** que corrige o teto de gasto do utilizado para atualizar benefícios como aposentadorias e pensões, mas ainda é preciso incluir no teto um gasto de quase R\$ 10 bilhões com a desoneração da folha de pagamento e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que não poderão ser bloqueados, além do aumento dos gastos das emendas.

Solange frisou que a segunda onda da pandemia de covid-19 traz a necessidade de aumentar gastos públicos. Ou seja, se o governo tivesse conseguido aprovar a PEC emergencial com gatilhos mais polpidos, a situação seria vista no mercado de forma diferente. Por exemplo, haveria menos barulho para o caso de aumento de gastos com a saúde fora do teto de gasto.

Para 2022, a economista avalia que não haverá problemas para cumprimento do teto de gasto devido o patamar mais alto da **inflação**. Ela ressalta, no entanto, que o governo vai precisar avaliar como será feito esse aumento de despesa em ano eleitoral pois se utilizar toda a margem terá que admitir um déficit primário maior. "O problema é que o Brasil não fez todas as reformas necessárias para dar sustentabilidade ao teto de gastos", frisou.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale,

afirmou que o que mais preocupa, no momento, é o fato de o orçamento ter sido mal feito, citando que isso ocorreu por que os parâmetros não foram recalculados corretamente. Para Vale, o teto de gasto não está sob risco ainda. "O que espantou foi mais esse desenho mal articulado do que poderia causar em si à regra do teto neste momento que, concordo, não está sob risco ainda. No limite, seriam feitos contingenciamentos ao longo do ano para acomodar no teto se fosse necessário", disse Vale.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

A América Latina precisa de líderes melhores

A América Latina é a região mais duramente atingida pela devastação humana e econômica causada pela covid-19, segundo o Banco Mundial. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, é um dos mais destacados negociacionistas da pandemia. Mas, embora a deplorável condução da pandemia por Bolsonaro explique grande parte do sofrimento do Brasil, ela não conta toda a história. Outros países da região vêm se saindo ainda pior.

Peru, Equador, Nicarágua, Bolívia e México ocupam as posições mais altas no ranking global de mortos pela pandemia, segundo dados compilados pelo "Financial Times". A resposta de seus presidentes nem sempre é a ideal, especialmente na Nicarágua, mas os problemas vão além da liderança.

O que a pandemia expôs na América Latina é uma calamidade antiga: uma falta de capacidade efetiva do Estado. Com frequência, quando os governos movem as alavancas que deveriam acionar a saúde, a lei e a ordem ou o sistema de bem-estar social, nada ocorre..

Peru e Argentina decretaram longos "lockdowns" no ano passado e ofereceram generosos pacotes de ajuda àqueles incapazes de trabalhar. A execução foi irregular: as economias ficaram debilitadas e os contágios dispararam. Até no Chile, há muito um modelo regional de virtude, o governo enfrenta uma segunda onda de contágios, apesar da agilidade na vacinação. A culpa é de um relaxamento prematuro das restrições e de vacinas chinesas menos eficazes.

Serviços públicos de melhor qualidade e mais acessíveis são parte da solução, mas há também questões a serem respondidas sobre a eficiência dos gastos estatais. Durante a Onda Rosa de governos socialistas na região, no começo deste século, os gastos sociais dispararam, mas sem um aumento proporcional na qualidade dos serviços públicos. Grande parte do dinheiro gerado pelo boom das commodities foi gasto em pagamentos diretos que tiraram milhões da pobreza, mas que se mostraram difíceis de sustentar quando as dívidas explodiram e os preços das matérias-primas caíram.

Pouco foi investido em infraestrutura. O gasto médio anual da América Latina nessa área foi só de 2,8% do PIB de 2008 a 2017, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), menos da metade do que

no leste da Ásia. Apesar de o Partido dos Trabalhadores (PT) ter governado por 14 anos, quase metade dos brasileiros não dispõem de serviços apropriados de água e esgoto. A Argentina gasta quase a mesma parcela do PIB que a França em educação, mas com resultados muito diferentes.

Em meio à devastação devidas e do sustento causada pela pandemia, instituições internacionais oferecem uma receita clara: a América Latina precisa se reconstruir melhor. A região deveria investir pesadamente em infraestrutura, melhorar a qualidade do ensino e da saúde, buscar reformas fiscais para reduzir a desigualdade e um desenvolvimento mais amigável ao meio ambiente.

Grande parte desse conselho vem sendo dado há décadas. A classe política parece não ouvir. Nos primeiros estágios de um grande ciclo eleitoral regional, são muitos os candidatos populistas pregando receitas fracassadas; Pedro Castillo, ativista de extrema-esquerda que venceu o primeiro turno da eleição presidencial peruana no último fim de semana, quer uma ampla reestatização.

Como consequência, a América Latina corre o risco de reincidir em hábitos políticos familiares que já lhe custaram caro: o populismo desenfreado à esquerda e à direita, matizado pelo autoritarismo e manchado pela corrupção.

Se a região não quiser ficar permanentemente atrás do resto do mundo em desenvolvimento, precisará começar a renovar a classe política, apresentando uma nova geração de líderes que saibam formar um consenso nacional em torno de um crescimento sustentável e inclusivo, que crie sociedades mais justas movidas por economias globalmente competitivas. No momento, isso parece ser uma possibilidade distante.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Centrão busca caminhos para furar o teto de gastos (3)

Para além da bizarria e do festival de irresponsabilidades do Congresso e do Executivo no orçamento de 2021, está em curso a tentativa mais séria de romper o teto de gastos, com chances de êxito. A ideia de retirar o Bolsa Família do teto, com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, foi o primeiro capítulo do que viria a se tornar uma rocambolesca novela. O corte de R\$ 26,4 bilhões de despesas obrigatórias, para cancelar R\$ 31,5 bilhões de emendas parlamentares, foi o clímax. O Centrão não quer voltar atrás em uma manobra grotesca de manipulação orçamentária em prol de mais dinheiro, cuja destinação tem muito pouco a ver com os gastos da pandemia.

Apresentado em agosto, o orçamento tem um buraco de R\$ 32 bilhões nas despesas obrigatórias e foi assim aprovado pelo Congresso. Detalhe: antes disso já havia a subestimação de despesas de R\$ 17,5 bilhões. Mantê-lo como foi aprovado traz graves problemas sobre os quais ninguém quer se responsabilizar. Executá-lo significa fazer um corte de R\$ 44 bilhões nas despesas discricionárias, pouco menos da metade dos recursos a elas destinados. Parte da máquina de governo teria de parar por falta de recursos. O problema principal é que a redução das despesas obrigatórias fere a legislação e não foram poucas as vozes a advertir que o presidente tem o dever de vetá-la, sob risco de cometer crime de responsabilidade.

Pareceres técnicos do Congresso, asseguram que não é este o caso, mas é arriscado confiar nisso. Não há forma de o presidente sancionar uma peça orçamentária que está claramente marcada por ilegalidades sem que seja cúmplice disso. Artur Lira, presidente da Câmara, que é contra abater as emendas parlamentares, disse que Bolsonaro não seria acusado pelo Congresso por uma proposta aprovada pelo próprio Congresso. Escaldado pelo impeachment de Dilma Rousseff pelo mesmo motivo, por obra de um presidente da Câmara (Eduardo Cunha) mal-intencionado, Bolsonaro não comprou essa.

A inclinação do governo após a aprovação do orçamento foi a de vetar o todo ou parte das mudanças de Bittar e recompor por meio de projeto de lei as despesas obrigatórias. O Centrão ficou enfurecido com a possibilidade, pois Lira já havia

combinado a distribuição dos recursos com os deputados. Se o Congresso não arreda pé e o presidente Jair Bolsonaro não pode desagradar seus únicos aliados políticos, a solução é ferir o teto de gastos, pelo qual o presidente não morre de amores, mantendo formalidades que poderiam camuflar a intenção. A situação é tão esdrúxula que se cogitou um desfecho igualmente ridículo: o presidente e seu vice viajariam ao exterior, Lira, terceiro na linha de sucessão, assumiria por um par de dias e sancionaria o orçamento, eximindo o Executivo de suas responsabilidades.

A última volta do parafuso é a pior de todas. Seria enviada nova PEC que dispensaria do cumprimento do teto as despesas relacionadas à pandemia, incluída a renovação dos programas de redução de jornada e salários. Seria mais um expediente bizantino do Executivo, depois da aprovação de uma PEC Emergencial que criou o estado de calamidade - e que não pode ser usado porque abriria a porteira de gastos em nome da guerra à covid-19. A "ala política" do governo fala em gastos de até R\$ 18 bilhões destinados principalmente ao Ministério de Desenvolvimento Regional, que entrariam de cambulhada para reduzir os impactos econômicos e sociais da devastação viral.

Com isso, entrou pela porta dos fundos do orçamento gastos que não seriam possíveis pelo teto e que atendem os anseios dos parlamentares. Uma tentativa dessas seria muito nociva antes da pandemia e pode ser devastadora após o endividamento brasileiro saltar para 89,7% do PIB. O emparedamento orçamentário do Executivo pelo Congresso produz aberrações como as emendas do relator, transformado em vice-rei, que lhe dá o direito de determinar o destino de R\$ 32 bilhões - quase um terço de tudo do que está desvinculado e o Executivo pode gastar.

Os mercados, diante da perspectiva de queda do teto de gastos, aumentaram a desvalorização do real e jogaram os juros futuros bem mais para cima. O teto, ao que parece, pode ser salvo por uma necessidade prosaica: uma PEC tem tramitação que pode ser demorada e já se foi metade de abril com o governo sem orçamento. Parece que é isso o que vai acontecer. Mas como exemplo do espírito público sobre a disputa do Orçamento: o da Saúde é R\$ 40 bilhões menor que o de 2020.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Bolsonaro tenta refundar o governo - FERNANDO EXMAN

FERNANDO EXMAN

O Supremo Tribunal Federal (STF) eclipsou os planos do presidente Jair Bolsonaro de refundar o governo a partir da recente reforma ministerial.

Acreditava-se, dentro do Executivo, que depois de mudanças na cúpula da Saúde essa nova configuração no primeiro escalão pudesse dar tempo suficiente ao governo para promover um rearranjo na base e construir os alicerces de uma aliança voltada à reeleição. Melhorariam também as relações com militares e com a comunidade internacional, ao passo que se tentaria dar novo impulso à coordenação entre as pastas com a troca na Casa Civil.

Problemas mais urgentes seriam também atacados. Uma preocupação dentro do governo é, por exemplo, com uma possível escalada da violência decorrente do crescimento da miséria, embora o próprio combate à fome tenha sido negligenciado.

Surgiram, então, as duas recentes decisões disparadas do STF. A primeira foi de autoria do ministro Luís Roberto Barroso, que instou o Senado a criar a CPI da pandemia. Dificilmente o governo não sairá alvejado da comissão parlamentar de inquérito, mesmo que ela amplie o seu escopo para investigar eventuais irregularidades ocorridas nos Estados e municípios que receberam recursos federais.

São amplos os instrumentos que os parlamentares terão para abespinhar Bolsonaro. Afinal, CPIs podem quebrar sigilos fiscais, telefônicos e bancários. Na história recente, muitas comissões foram instaladas e em nada resultaram. Mas tantas outras buscavam informações sobre determinados assuntos e, ao obterem dados sigilosos, tropeçaram em revelações mais preciosas.

Cabe também aos estrategistas do Planalto avaliarem o custo-benefício - além dos riscos - de se adiar a instalação da CPI da pandemia para o fim do ano. Esse é um movimento capaz de levar à sobreposição do plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito ao calendário eleitoral.

O segundo petardo levou a assinatura da ministra Rosa Weber. Na segunda-feira, a poucas horas de os decretos presidenciais que ampliam o acesso a armas

e munições começarem a valer, ela sustou trechos da nova regulamentação tão aguardada pela ala armamentista que apoia o governo.

Os decretos dividem a base eleitoral do presidente. Enquanto atiradores, caçadores e colecionadores esperavam uma postura até mais agressiva de Bolsonaro na flexibilização da regulação do setor, evangélicos se mantêm contra qualquer investida nesta seara. É um tema delicado, mas do qual o chefe do Executivo demonstra que não abrirá mão.

Nesse caso, será interessante ver como o advogado-geral da União, André Mendonça, tentará se equilibrar entre a missão de defender os pontos de vistas do chefe e ainda sim ter o apoio das igrejas para ser o indicado "terrivelmente evangélico" à próxima vaga do STF. O caminho mais fácil que ele terá para percorrer acabará sendo a fundamentação segundo a qual a maioria da população já se manifestou em 2005 contra a proibição da comercialização de armas e munições e ainda hoje mantém majoritariamente essa posição.

Mendonça já precisou advogar sobre esse tema quando comandou a AGU pela primeira vez, antes de ser nomeado ministro da Justiça. Sua recolocação na posição original foi, inclusive, um dos lances centrais da estratégia de refundação executada no fim do mês passado.

O substituto, Anderson Torres, foi alçado do posto de secretário do Distrito Federal justamente em meio ao temor no governo de que a crise sanitária, depois de se tornar uma crise socioeconômica, possa ganhar os contornos de uma crise de segurança pública.

Torres é delegado da Polícia Federal e possui experiência na área, além de bom trânsito no meio político. Em seu discurso de posse, destacou que a Justiça e a Segurança Pública são a espinha dorsal da paz e da tranquilidade da nação, principalmente em meio a uma crise sanitária mundial com impactos na economia e na qualidade de vida dos cidadãos. Ele sublinhou que se deve garantir o "ir e vir sereno e pacífico", para então emendar: "A Segurança Pública foi uma das principais bandeiras da sua eleição e ela voltará a tremular alta e imponente". Foi um discurso direcionado ao setor, mas também para os agentes políticos.

Já a nomeação da deputada Flávia Arruda (PL-DF) pode ter o condão de manter Bolsonaro próximo do próprio PL e do PP, de onde o presidente pode tirar seu candidato a vice e garantir mais tempo de televisão para a campanha.

Bolsonaro gosta de dizer que foi eleito sem dinheiro e tempo de propaganda em 2018. Mesmo assim, até seus aliados concordam com a tese de que sua eleição resultou de uma conjunção de fatores de difícil reedição. O campo adversário busca se fortalecer nas redes sociais. E o presidente pode precisar se expor em debates e ter mais tempo de TV para defender as realizações de seu governo.

Até agora, porém, a **reforma ministerial** ainda não conseguiu acabar com a **desarticulação** crônica da administração federal, origem de grande parte dos desgastes sofridos pelo Executivo. O impasse relacionado ao Orçamento deste ano, por exemplo, é uma dessas turbulências gestadas dentro do próprio Executivo.

A preocupação de Bolsonaro com a possibilidade de o aumento da miséria provocar distúrbios sociais também se remete, em parte, a essas divergências internas.

É preciso pontuar que o governo demorou muito para editar uma medida provisória e estabelecer o novo benefício emergencial. Milhões de brasileiros receberão um auxílio emergencial menor e muito mais tarde do que suas famílias podem suportar. Os saques em dinheiro só terão início em maio. Quem nasceu em dezembro só poderá colocar as mãos no dinheiro em junho, e as últimas parcelas estão previstas para setembro. Isso não tem nada a ver com o que o STF decidiu sobre a autonomia dos entes subnacionais para combater a pandemia nem com as medidas de isolamento adotadas por governadores ou prefeitos. Os demais Poderes não podem ser culpados pela morosidade e desarticulação do Executivo.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail: fernando.exman@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>